

2. RUÍNAS:

Canudos e os acontecimentos a partir de uma diversificada documentação

2.1. Do cenário em ruínas ao palco dos acontecimentos

A primeira pergunta que se pode formular após um primeiro contato com a bibliografia sobre os eventos ocorridos no interior da Bahia, no final do século XIX é: Que imagem da época dos conflitos de Canudos (e de Antônio Conselheiro) foi cristalizada no imaginário cultural brasileiro ao longo do século XX?

Uma resposta preliminar já apontaria não se tratar de imagem única, mas de imagens que se desdobram e se complementam. Ao se falar em Canudos, certamente são a ignorância, o banditismo e o fanatismo dos conselheiristas os aspectos mais freqüentemente associados ao universo do complexo evento histórico. Isso abre a perspectiva para um outro questionamento, fundamental para esta tese: Por que razão a imagem cultural que sobressai de Canudos é tão fortemente associada ao "fanatismo", à liderança místico-religiosa de um beato, sobre o qual há uma quantidade limitada de informações biográficas, atreladas a outro tanto lendário? Falo basicamente de representação, de imagem construída, principalmente na década de 1890. Tal imagem certamente teve reforço e pôde mais facilmente se cristalizar por influência da publicação, já no século XX, de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Entretanto, quando se recorre aos estudos historiográficos a respeito de Canudos, encontra-se ao menos uma versão que difere desta.

Logo no início de seu livro *Cangaceiros e fanáticos*, o historiador marxista Rui Facó, por exemplo, afirma que resumir eventos históricos como o de Canudos a manifestações de banditismo ou fanatismo é eliminá-los daquilo que ele chama de "nossa evolução nacional, de nossa integração como Nação, de nosso lento e deformado desenvolvimento econômico" (Facó, 1978, p. 7). O fanático apresenta uma clara conotação negativa, porque aponta um primitivismo cultural, indesejável para a imagem do Brasil que se desejava difundir no final do século.

No entanto, o que se encontra em Canudos não é uma comunidade vulnerável, povoada de fanáticos, que facilmente poderia ser desmantelada pelas estratégias militares desenvolvidas de uma sociedade urbana em processo de crescimento. No capítulo terceiro do livro *Da profecia ao labirinto*, no qual estuda *A casca da serpente*, de José J. Veiga, a pesquisadora e professora Vera Follain resume em poucas palavras esta idéia: "Nem os mestiços se mostraram indolentes e sem vigor, nem os civilizados republicanos se revelariam tão superiores. *Ao contrário, tornou-se impossível não admirar o heroísmo dos seguidores do beato*" (Figueiredo, 1994, p. 58, grifo meu). É preciso então discutir o destaque dado ao "fanatismo", nas representações do episódio de Canudos.

De fato, esse é o sentimento transmitido pela análise da guerra, feita por Euclides da Cunha em *Os sertões*. É igualmente isso que Manoel Benício, como Euclides, correspondente na guerra, faz, ao relatar no seu *O rei dos jagunços* a Guerra de Canudos. Mesmo que esses autores tenham atenuado a associação da imagem do Conselheiro e seus seguidores ao banditismo, não o dissociaram do fanatismo, nem, conseqüentemente, da imagem do primitivismo e da ignorância, o que se distancia da visão, por exemplo, que nos fornece Rui Facó.

Assim sendo, um dos objetivos deste segundo capítulo é explicitar a idéia de que a imagem hegemônica do episódio ocorrido em Canudos é fruto da construção de 'verdades' por parte de quem assina cada texto, verdades essas que guardam estreita relação com a visão prévia que os autores tinham a respeito do que acontecia em Canudos. Por transformarem sua vivência pessoal no conflito em narração, os diversos 'narradores' nada mais fazem que construir histórias narrativas. A questão, colocada por Linda Hutcheon logo na primeira frase de "Re-presenting the past", terceiro capítulo do livro *The Politics of Postmodernism* (Hutcheon, 1989, p. 62), é que a narrativa é sobretudo uma estrutura construída pelo homem, não sendo algo "natural ou dado" ('natural' or given). A narrativa, ainda segundo a autora, é um modo de tornar a representação totalizante, termo que, segundo ela, significa o processo pelo qual "escritores de história, ficção, ou mesmo teoria para que o produto de sua escrita fique coerente, contínuo, unificado" (Hutcheon, 1989, p. 62).

É o que Gebhard Rusch postula ao dizer que

a narrativa pode estimular a imaginação de um acontecimento, de um processo ou de uma cadeia de acontecimentos, que é convincente devido à sua coerência interna e tem o mesmo grau de plausibilidade e evidência que a experiência pessoal, devido aos meios aplicados para a construção dessa coerência (Rusch, 1996, 155).

Dessa forma, merecem investigação outros aspectos que tenham sido desconsiderados ou ofuscados no processo de representação, por exemplo, da historiografia tradicional. À medida que se estabelece a dissonância entre as representações artísticas e as históricas dos fatos ocorridos em Canudos, vai ficando cada vez mais clara a idéia de ter havido uma visão previamente concebida do intelectual brasileiro daquela época a respeito do sertanejo. Essa visão de certa forma é responsável por dirigir a focalização dada pelos escritores aos seus textos, principalmente numa primeira produção daqueles que, como Euclides da Cunha, pensaram e escreveram sobre a guerra antes mesmo de lá estarem e depois se viram na necessidade de repensar conceitos em função do que vivenciaram no palco do conflito.

A documentação primária a respeito da Guerra de Canudos e dos anos imediatamente anteriores e posteriores a ela é bastante variada e quantitativamente significativa.

O professor José Calasans afirma que a primeira notícia a respeito de Antônio Conselheiro remonta a 1874, numa publicação de meia página de um semanário da cidade sergipana de Estância, intitulado *O Rabudo* (Calasans, 1986, p. 2). No mesmo artigo, o pesquisador afirma que dois anos depois, por ter sido preso no interior da Bahia e levado a Salvador, seu nome apareceu no noticiário daquela cidade (p. 3). Sílvio Romero dá notícias de Antônio Conselheiro, já em 1879, nos seus *Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil* (apud Calasans, 1986, p. 4). Afirma ser ele conhecido por “Santo Antônio Aparecido”. Em *Cantos Populares do Brasil*, já no ano da Guerra, torna a se referir a ele, agora como “tétrico fanático”, líder de um “verdadeiro exército de crentes, a fazer depredações de todo gênero” (p. 5). Junto a essas referências, há alguns documentos jurídicos que demonstram que as ações de Antônio Conselheiro desde cedo não foram bem vistas nem pela aristocracia local, nem pelo clero baiano. Esses documentos encontram-se reproduzidos no livro *O rei dos jagunços*, de Manoel Benício.

Entretanto, foi na década do conflito que surgiu uma significativa quantidade de textos sobre a guerra, tendo sido o jornalismo responsável por uma grande produção escrita acerca dos eventos belicosos do sertão. Os textos jornalísticos referentes à quarta expedição a Canudos foram publicados em 1977, no livro *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*, pela pesquisadora Walnice Nogueira Galvão. Antes das reportagens, porém, pelo menos um texto se destaca. É a publicação intitulada *Relatório apresentado pelo Reverendo Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispado da Bahia sobre Antonio Conselheiro e seu séqüito no Arraial de Canudos - 1895*, surgido em Salvador no ano de 1895 e republicado em 1987 pela Universidade Federal da Bahia.

Boa parte da primeira produção a respeito da guerra é de autoria de homens que de alguma forma participaram dos acontecimentos. Nem todos, no entanto, tomaram parte de toda a guerra. Esse é o caso tanto de Euclides da Cunha, o mais famoso dos escritores sobre o conflito, autor da série de artigos chamada “A nossa vendéia” (Cunha, 1995) e também de Manoel Benício, correspondente de guerra do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

Assim que a guerra acabou, é certo que com menos fôlego, surgiram novos textos. Muitos são relatos técnicos, com o objetivo de prestar contas aos comandos estaduais da atuação dos grupamentos militares na guerra. É o caso do relatório do Tenente-coronel Cândido José Mariano, militar de Manaus (Mariano, 1897) e d’ *O histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia* – (Olavo, 1997). Paralelamente, surgem as publicações de diários de guerra, como o do Major Constantino Nery (*A quarta expedição contra Canudos (1ª fase das operações) – cem léguas através do sertão de Aracaju a Queimadas, via Canudos: diário de Campanha*, Nery, 1898), de Belém, o do acadêmico de medicina, o baiano Martins Horcades (*Descrição de uma viagem a Canudos*, Horcades, 1996), surgido em 1899, *Última expedição a Canudos*, do Tenente-coronel Emídio Dantas Barreto (Barreto, 1898) e *Canudos - Diário de uma expedição*, de Euclides da Cunha (Cunha, 1995). Muito importante é o texto *Libelo Republicano Acompanhado de Comentários Sobre a Guerra de Canudos* (Zama, 1899), do deputado monarquista baiano César Zama, no qual faz uma inflamada defesa do conselheirismo e expõe sua perplexidade contra o poder instituído e o que ele gerou na Bahia.

Publicado em 2001, *Canudos, cartas para o barão* (Sampaio, 2001) é uma interessante coleção de cartas pertencentes ao acervo do Barão de Jeremoabo, principal liderança política do sertão baiano na época, porque, por exemplo, traz muitas vezes o diálogo íntimo de pessoas que estavam no epicentro dos acontecimentos com uma liderança política profundamente interessada no rumo dos acontecimentos.

Escrito 50 anos depois da guerra, mas publicado apenas 30 anos depois da redação, *Canudos, memórias de um combatente*, do Brigadeiro Marcos Evangelista Villela Jr. (Villela Jr., 1997) é o último título com que trabalho nesse capítulo.

Esses textos, de que trato de forma integrada ao longo do capítulo, surgiram ao lado de textos literários (*Os jagunços*, de Afonso Arinos, e *O rei dos jagunços*, de Manoel Benício). Eles formam uma rede de escritos que se relacionam por meio de intensa intertextualidade. Lidos em cotejo, os textos demonstram ser fontes uns dos outros, apesar de, por vezes, estabelecerem entre si uma espécie de *guerra de relatos*.

O que talvez seja o traço mais marcante da unificação de todos os escritos referentes ao evento é a reconstrução na escrita do cenário de um Brasil totalmente deslocado da perspectiva da intelectualidade da época. Emerge dali o interior tido como local da barbárie, pela ótica dos habitantes das cidades de maior porte, as capitais dos recém criados estados da federação, em sua maioria situadas no litoral.

O autor de *A reinvenção do sertão* (2001), Paulo Martins, lembra-nos de que ainda hoje viajar ao sertão nordestino é como fazer "um retrocesso rumo ao medievo". No tempo do Conselheiro, a situação era obviamente ainda mais flagrante. Diz o autor:

Se assim é nos nossos dias, há um século, quando Conselheiro revelou-se o mais transformador fenômeno de liderança que aquela região conheceu, seria natural supor que seu discurso não pudesse se suportar noutra temática que não a religiosa de cunho social. Assim, foi numa fé cristã-cabocla, resultante da religiosidade autoritária herdada do colonizador lusitano, justaposta à magia da afro-espiritualidade dos orixás trazidos pelo elemento negro escravizado e *temperada* no telúrico dos povos aborígenes, que Antônio Conselheiro encontrou a matéria-prima para a oratória rústica que se tornaria a lei mosaica da caatinga dos entrevaes do Itapicuru e Vaza-Barris. Produto cultural de uma gente que, fugindo dos caçadores de braços (insumos energizadores da emergente economia litorânea), internou-se no

sertão, desacelerando o girar dos ponteiros do seu relógio em relação ao fluir do tempo costeiro, mais exposto e vulnerável ao *progresso* trazido pelas velas e vapores oriundos do norte industrializado e vetores atualizadores da nascente cultura pátria (Martins, 2001, p. 27).

O que chocou tanto os militares que atuaram na campanha, quanto a intelectualidade urbana, da capital federal e mesmo de Salvador, distante de Canudos algumas dezenas de quilômetros foi justamente a penúria em que estava mergulhada a região. A secura do sertão, arruinado por sucessivos períodos prolongados de estiagem, configuram o cenário da ruína de toda uma região do país, desconhecida da “elite pensante”. Em *Terra Ignota*, - a construção de *Os sertões*, o teórico Luiz Costa Lima percebe na escrita euclidiana a presença da ruína como índice da terra desconhecida, direta alusão ao nome da obra. A “terra ignota” é “indiciada pelas ruínas”, tema esse que passa, ainda segundo o pesquisador, a ser obsessivamente uma ferramenta utilizada por Euclides da Cunha “como indício explicador da formação da terra” (Lima, 1997, p. 209).

O impacto imposto pela miséria do cenário paupérrimo e em ruínas é percebido nas diversas representações dos eventos de Canudos. Ele se torna algo flagrante quando, por exemplo, nos últimos dias da guerra, uma plêiade de miseráveis, na sua maioria idosos, mulheres e crianças, em farrapos, renderam-se à supremacia do exército e se entregaram, sem saber, a uma sumária sentença de morte. Da mesma forma, as modestíssimas construções da cidade que em menos de cinco anos alcançou uma população da ordem de 25.000 pessoas fazia saltar aos olhos o paradoxal fato de que um ajuntamento de homens vivendo em tão primitivas condições pudesse ter resistido a três investidas do poder público e ainda resistisse à mega operação bélica montada na 4ª expedição.

É o contraponto entre mentalidades tão diferenciadas entre si que leva, segundo Paulo Martins, Euclides da Cunha a tentar explicar que o “episódio se sustenta na contraposição de dinâmicas que se negam no encontro de dois diferentes estágios civilizatórios: o Brasil do litoral, educado, europeizado, rico, dominador e cêntrico e seu sertão, analfabeto, pobre, servil e periférico” (Martins, 2001, p, 91).

Um último ponto a ser considerado na apresentação deste segundo capítulo é a sucessão de acontecimentos, desde 1893, que articulam as movimentações de Antônio Conselheiro e seus seguidores às conjunturas políticas locais (Canudos e

adjacências), regionais (a Bahia e parte do nordeste brasileiro) e nacionais (os interesses políticos em jogo nos primeiros anos da República).

Encontra-se em “Canudos: a posição do Barão de Jeremoabo” (Carvalho Jr., 2001) interessante e importante contextualização da movimentação política na região, associada à liderança de Antônio Conselheiro. O texto foi escrito por Álvaro Dantas de Carvalho Jr., trineto de Cícero Dantas, o barão a que se refere o título do ensaio, publicado no livro *Canudos – cartas para o barão* (Sampaio, 2001).

Forte liderança no partido Conservador, ainda nos tempos do Império, Cícero Dantas rompeu com os antigos correligionários e futuros governadores da Bahia Rodrigues Lima e Luís Viana, fundando o Partido Constitucional Republicano. Tanto o barão de Jeremoabo quanto José Gonçalves, seu compadre e amigo íntimo, ex-governador da Bahia, eram forças conservadoras no interior baiano, justamente na região em que Antônio Conselheiro se firmou enquanto líder no princípio da década de 1890. Em função de suas divergências políticas com os antigos companheiros conservadores no período monárquico, especialmente com os governadores Rodrigues Lima e Luís Viana, o barão viu seu poder local ir aos poucos se esvaindo. Segundo Carvalho Jr., o próprio barão sugere em seus escritos que “a omissão governamental” no caso da liderança de Antônio Conselheiro na região, de certa forma estimulava a idéia de rebeldia nos redutos do barão e “tinha a finalidade de convulsionar o seu distrito” (Carvalho Jr., 2001, p. 24).

Carvalho Jr. Registra o encontro do Barão de Jeremoabo com Antônio Conselheiro ainda em 1893. Na ocasião, o líder político tentou demover o líder religioso de suas posições contrárias à república:

Esteve com o Conselheiro, de passagem, duas vezes, uma na Vila do Soure e outra no Bom Jesus. Nesses encontros tentou fazer com que o Conselheiro sentisse o erro em que laborava quanto à República, dizendo-lhe entre outras coisas que tanto essa forma de governar não estava em oposição às leis divinas e eclesiásticas que o papa atual, em encíclica ao clero e a fiéis da França, recomendou que prestassem firme e leal adesão à República e obedecessem às suas leis. Essas considerações foram refutadas pelo Conselheiro, dizendo-lhe este que, se o papa assim procedeu, estava em erro, e que a palavra "república" o indicava etc. etc., seguindo-se o que é do conhecimento geral (Carvalho Jr., 2001, p. 24-25).

Depois disso, o barão fez com que fosse enviada à localidade de Masseté uma força de pouco mais de trinta homens para seguirem ao encalço do Conselheiro. Essa força foi derrotada e uma outra foi enviada, mas recebeu uma contra-ordem de retorno. O interesse do barão em não permitir que a influência do Conselheiro se alargasse devia-se ao fato já flagrante em 1893 da falta de mão-de-obra nas fazendas em função do êxodo de camponeses para Canudos. Tal situação era agravada pela intensa seca por que passava a região e pelas miseráveis condições sócio-econômicas do sertão baiano na época.

A despeito desses posicionamentos e muito provavelmente pelo desejo de enfraquecê-lo politicamente na região, Cícero Dantas passou a ser acusado pelo governo baiano de ser ainda monarquista e de colaborar, por isso, com Antônio Conselheiro: “O próprio barão, apesar de pública a sua posição, sofreu acusações na imprensa, ora de estar envolvido em conspirações monarquistas com o favorecimento do Conselheiro, ora de ele ser um dos fomentadores de Canudos” (Carvalho Jr., 2001, p. 27-28).

A disputa entre os partidários do governador Luís Viana e os do ex-governador José Gonçalves acaba por colocar Canudos no cenário nacional. Por um lado, os vianistas vendiam a idéia de que o Barão de Jeremoabo mantinha-se fiel ao monarquismo e que, por isso, estimulava as operações de Antônio Conselheiro. Já o grupo do barão (os gonçalvistas) teve em determinado momento, principalmente no início da década, o interesse de que os acontecimentos em Canudos ganhassem uma proporção maior que a de um evento local ou estadual, para que houvesse ali uma intervenção federal. Acreditavam que assim poderiam tirar algum proveito da situação. É o que postula a professora Consuelo Novais Sampaio, no ensaio “Canudos: a construção do medo”, constante da publicação das cartas do barão por ela organizada:

Essas disputas pelo poder só podem ser entendidas no contexto de uma sociedade oligárquica, como a baiana da época. Não é demais repetir que os anos que corresponderam à Guerra de Canudos (1893-1897) foram de grande instabilidade política no Brasil, e na Bahia em especial. Os membros da elite política baiana estavam muito envolvidos na luta por cargos na administração pública, no legislativo e no judiciário, que então se organizavam. Questúnculas partidárias e de interesse pessoal não lhes permitiam desviar a atenção para uma multidão de romeiros que haviam decidido acampar em Belo Monte. Foi a disputa pelo poder, na Bahia e na

Capital Federal, que conferiu a Canudos dimensão nacional (Sampaio, 2001, p. 53).

Desse momento em diante, o que parece ter havido foi uma sucessão de boatos, informações truncadas que levaram ao medo de que as fazendas esvaziadas de mão-de-obra pudessem ser tomadas pelos conselheiristas. As seguidas derrotas de forças militares cada vez mais preparadas para combater Canudos corroborou sobremaneira para esse sentimento, principalmente com o desbaratamento da terceira expedição, duramente marcada pela morte do Coronel Moreira César. A essa altura, a iminência de um conflito maior agitava os ânimos na capital federal.

Consuelo Sampaio destaca também o fato de que havia uma grande distância separando a classe dominante do povo sertanejo, além do notável tom pejorativo que se utilizava em referência a eles:

Chama a atenção o fato de que, mesmo entre os setores mais esclarecidos das classes dominantes, Antônio Conselheiro fosse sempre referido com escárnio. Não é mais que um "fanático", e o "seu povo", constituído de "pobres-diabos" - expressão que envolve um misto de tolerância e desprezo (Sampaio, 2001, p. 58-59).

Além disso, há que se observar também que o silêncio foi uma marca da intelectualidade da época:

Embora muitos membros da elite tenham visto os *conselheiristas* com certa indulgência, foram poucos os que se manifestaram, publicamente, pela não-destruição do arraial de Belo Monte. A maioria repetiu, com Paulo Fontes, que poderia ter sido liquidado há mais tempo. No entanto, tinha-se clara percepção do caráter inofensivo e da grande pobreza da comunidade canudense. Os que se manifestaram contra, como por exemplo Joaquim Nabuco, no Rio de Janeiro, não eram fazendeiros na região. A maioria, como Rui Barbosa, preferiu calar, embora soubesse que os sertanejos, "que só conhecem o arado eleitoral", estavam sendo vítimas de manipulação política (Sampaio, 2001, p. 59).

Um procedimento básico desta tese é fazer emergir do confronto entre textos que tratam dos mesmos fatos não apenas as semelhanças, mas sobretudo as suas dessemelhanças, capazes de evidenciar diferentes tomadas de posicionamentos por parte dos autores.

Por outro lado, uma vez feito o estudo comparativo entre os elementos que compõem o primeiro segmento do *corpus*, deseja-se relacioná-lo ao segundo segmento, tentando observar ali os processos de representação das imagens recorrentes (messianismo, liderança individual, força sertaneja) no espólio que compôs o imaginário associado ao episódio de Canudos, para que daí se possa tirar conclusões sobre aqueles processos, sempre à luz dos estudos teóricos de História, ferramentas indispensáveis ao estabelecimento de qualquer pensamento a este respeito.

2.2. Entre cangaceiros e fanáticos, o Conselheiro não euclidiano

Numa crônica de Machado de Assis, publicada em 13 de fevereiro de 1897, há uma ilustração* em cuja legenda se lê: “O fanático e bandido Antônio Conselheiro. Sendo a ignorância a mãe do fanatismo, os sertanejos engrossam o tal Conselheiro e as sertanejas beijam-lhes as vestes. Quem sabe se não lhe coçam o pé?” (Assis, 1997, p. 763). O comentário à gravura revela uma imagem enunciativa das idéias principais em relação ao tema e também sugere outras. Em Canudos, combateu-se um fanático seguido de uma multidão de outros tantos fanáticos. Eram também bandidos e ignorantes e provavelmente, pode-se imaginar, loucos.

Essa parece ser a imagem construída, principalmente na época dos acontecimentos de Canudos. Tal imagem teve reforço e pôde mais facilmente se cristalizar por influência da publicação, já no século XX, de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Entretanto, em *Cangaceiros e fanáticos*, Rui Facó procura deixar clara a fragilidade da idéia do predomínio do banditismo em Canudos. Além disso, valoriza a visão de que as causas históricas e econômicas foram postas em segundo plano nas representações artísticas sobre o conflito, principalmente na primeira metade do século XX, para explicitar outras questões, como a explicação puramente mística para o episódio em questão.

* Desenho de Ângelo Agostini, publicado em D. Quixote, nº 80, no Rio de Janeiro, em 13 de fevereiro de 1897. Pode ser visto na página 763 do terceiro volume da *Obra Completa* de Machado de Assis, conforme referência bibliográfica deste trabalho.

Facó afirma categoricamente que o cangaceirismo, antecessor do fanatismo, é claramente fruto da miséria decorrente das drásticas modificações econômicas pelas quais passava o Brasil, situação particularmente mais grave no já muito pobre sertão nordestino. A resposta social a essas condições era a formação ou de grupos de cangaceiros que, armados, saqueavam fazendas e comboios, ou de grupos de fanáticos, “em torno de um beato ou conselheiro, para implorar dádivas aos céus e remir os pecados, que seriam as causas de sua desgraça” (Facó, 1978, p. 29). O cangaço, para o autor, é um elemento ativo, mas o misticismo é elemento passivo (p. 46). O historiador afirma ainda que, tanto em Canudos quanto em outros conflitos semelhantes, a história descreve uma trajetória regular. Uma vez submetidos a precariíssimas condições de vida, os sertanejos se agrupam em torno de um beato, a princípio em ato de protesto inconsciente (e ainda passivo), para em seguida conscientizarem-se de sua situação e se revoltarem. O poder do líder religioso sobre os seus seguidores é então deslocado para um líder leigo. Isso ocorreu em Canudos, cujo chefe civil com poder de decidir de fato o destino da coletividade era João Abade, enquanto a figura do Conselheiro passava a ser cada vez mais simbólica, com importância mínima na deflagração de um conflito.

Já nas primeiras publicações após o fim da guerra, pode-se perceber uma clara tendência de valorização dos *derrotados*, em detrimento dos *vencedores*. Isso não exatamente contradiz a tendência apontada por Rui Facó com relação às representações artísticas, já que em ambos os casos valoriza-se quem foi derrotado na guerra. Contudo na arte focaliza-se como figura central o Conselheiro e na história evidencia-se o deslocamento do poder de liderança para a figura de um leigo. Os grifos nas palavras "derrotados" e "vencidos" buscam ressaltar a leitura cada vez mais frequentemente feita da campanha de Canudos: uma sucessão de equívocos que teve no sertanejo a derrota imposta pelo extermínio, mas a vitória, se assim se pode denominar, da resistência levada ao extremo. Do lado do Exército Brasileiro dos primeiros anos da República, restou a vitória melancólica fruto do massacre de conterrâneos, cujo preço se elevou a milhares de baixas, entre soldados a oficiais superiores.

A visão marxista de Rui Facó, cearense, militante do Partido Comunista, construída na década de 1960, é um importante contraponto à tradição escrita a respeito de Canudos. Se até a primeira metade do século XX as teses racistas (e

elitistas) de Euclides da Cunha, tão minuciosamente construídas em *Os sertões* predominaram nos estudos a respeito da guerra e de suas causas, o texto de Facó, valorizador de uma visão marxista pautada na luta de classes, e enveredado por questões sociais, estabelece no mínimo uma necessidade de se repensar o olhar lançado do presente em direção ao passado. A partir daí, boa parte do que se escrevia a respeito de Canudos como verdade científica passou a representar o registro de uma visão preconceituosa da época.

Toda a história da concentração de sertanejos liderados por Antônio Conselheiro na região de Canudos tem sido lida por diversos estudiosos pela via do misticismo ou pela reação à instauração da República. Segundo o historiador Rui Facó, entretanto, nesse tipo de leitura as causas históricas e econômicas são postas em segundo plano, para serem valorizadas outras questões. Isso evidencia algo sobre o que se deve refletir: o fato histórico é produto da representação dos eventos pela atuação de quem o representa. Não é, no entanto, uma atitude descontextualizada, pois reflete a ação dos homens em conjunto, englobando tanto atos coletivos, quanto os aspectos de seus percursos individuais. De acordo, então, com o que nos diz o historiador Jacques Le Goff: “a idéia da história como história do homem foi substituída pela idéia da história como história dos homens em sociedade” (Le Goff, 1990, p. 8). Esse tipo de pensamento é mais facilmente alcançável quando se coloca em choque a esfera pública, registrada no discurso de intenção histórica, e a experiência individual, da esfera privada. Trata-se sempre de um exercício de observação impossível de ser desinteressada, nem mesmo na sua reprodução estética. Dessa forma, as interpretações latentes nos textos que representam a guerra, se forem desenvolvidas, devem sê-lo tendo-se em mente tal interesse de quem escreve.

O primeiro autor de texto ficcional a respeito da guerra, Afonso Arinos, autor de *Os jagunços*, conseguiu perceber isso. Em 9 de outubro de 1897, apareceu no jornal *O comércio de São Paulo* o editorial “Campanha de Canudos (epílogo da guerra)”. Sobre isso, escreve Walnice Galvão: “Quatro dias, portanto, após a queda do arraial, Afonso Arinos escreve seu artigo. Talvez devido a sua posição política, enxergou mais longe e logo desmentiu qualquer conspiração restauradora por parte dos sertanejos” (Galvão, 1976, p. 66). A pesquisadora afirma isso por entender que, para ele, Canudos não poderia ser fruto da ação de um único homem, mas de algo bem anterior, que se desenvolvera lentamente na

mentalidade daqueles homens. Nas palavras do próprio Arinos, citado por Walnice Galvão:

A luta da Bahia indica um estado d'alma que em parte alguma da superfície da terra, em época alguma da história, poderia ser produzida pela ação de um ou mais homens inteligentes com fito político. Ela veio registrar a manifestação de um fenômeno, cuja elaboração deveria ter sido lenta e funda. Admitir-se que a simples ação de um indivíduo possa produzir o fanatismo de um povo, é ser cego, é não conhecer coisa alguma de História ou de Sociologia (p. 66-67).

Afonso Arinos parece intuitivamente perceber, muito antes de o conceito ser formulado, que estava diante dos efeitos de situação histórica de longa duração. Talvez pelo fato de representar naquele momento a contra-mão do pensamento, monarquista que era, forçado foi a encontrar em reflexões próprias respostas aos acontecimentos que freneticamente se sucediam naqueles dias de 1897. Arinos acertadamente parece perceber o que Fernand Braudel desenvolve no trabalho "História e Ciências Sociais: a longa duração". É como se ele se desse conta de que o "evento é explosivo" e que "sua fumaça excessiva enche a consciência dos contemporâneos, mas não dura, vê-se apenas sua chama" (Braudel, 1978, p. 45). O que se via naqueles conflitos dos primeiros anos da República, especialmente em Canudos, seria fruto da estruturação sócio-econômica-cultural muito particular da segunda metade do século XIX no sertão nordestino. Também a idéia de estrutura encontra-se em Braudel:

Por estrutura, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas a se esfarelar" (p. 49-50).

Enxergar os fatos dessa forma foi também o mecanismo encontrado por Arinos para sustentar seu posicionamento enquanto jornalista e monarquista:

Afonso Arinos tampouco estava alheio ao que ocorria. Pessoalmente envolvido, como monarquista por convicção e como diretor de redação de um jornal monarquista nos acontecimentos que então tumultuavam a vida de São Paulo e Rio, teve inclusive seu jornal empastelado e destruído, com a

convivência da polícia e da Força Pública, segundo seu próprio testemunho. Não se pode esquecer que os acontecimentos de Canudos eram apresentados, tanto pelo exército como pela imprensa e pelos políticos, como uma tentativa de restauração monárquica que à jovem República cumpria sufocar (Galvão, 1998, p. 66).

A voz dissonante de Afonso Arinos aponta claramente a heterogeneidade dos pensamentos e posicionamentos em relação aos ideais republicanos e também aos problemas sociais históricos do Brasil. Dizer então que a intelectualidade brasileira, as elites das capitais litorâneas se opunham sumariamente a qualquer movimentação contra a República é limitar o horizonte dos fatos. No entanto, parece ter sido extremamente útil a determinados grupos políticos da época a manipulação ideológica, no sentido de supervalorizar, por exemplo, uma postura política pessoal. Em um Estado democrático, como foi inicialmente pensada a República, esse era um direito. É o que surge no inflamado texto do médico e político baiano César Zama, publicado dois anos após a guerra, quando aborda o posicionamento monarquista de Antônio Conselheiro:

Antonio Conselheiro porém confessava-se monarquista. Era seu direito, direito sagrado, que ninguém podia contestar em um regimen republicano democratico. Não ha acto algum por sua parte ou dos seus que fizesse ao menos presumir que elle tentasse contra o governo da Republica (Zama, 1989, p. 24).

A tendência de se criar um discurso homogêneo a respeito de Canudos, segundo o pesquisador baiano José Calasans, é decorrente da hegemonia alcançada pela visão de Euclides da Cunha exposta em *Os sertões*. Dessa forma, no texto “Canudos não euclidiano”, Calasans apresenta a figura de Antonio Conselheiro que se pôde extrair de fontes anteriores àquele livro, assumindo que, a partir de 1902, data da publicação de *Os sertões*, o episódio histórico da caatinga baiana passaria a ser interpretado única e exclusivamente com base naquela fonte, já que a obra de Euclides da Cunha teria monopolizado “a temática conselheirista” por cerca de 50 anos, quando uma revisão do assunto passou a ser feita a partir de contribuições da história e da sociologia (Calasans, 1986, p. 1).

De acordo com esse texto, é de 1874, como foi dito na introdução a esta tese, a primeira notícia de Antonio Conselheiro. Trata-se de uma publicação na

qual já são traçadas características que ficariam fortemente associadas à figura do Conselheiro:

A descrição do tipo físico do “misterioso personagem”, sua falta de asseio, seus conselhos, seu forte poder de suggestionar os sertanejos, a ameaça que ele representava para a ordem pública, a necessidade do seu afastamento do meio rural, a obra material que começava a realizar com a restauração da pequena capela de Rainha dos Anjos no município de Itapicuru (Bahia), tudo isto está mencionado no hebdomadário, editado por Manuel Lopes de Sousa, sem dúvida alguma o primeiro jornal a falar do futuro “rei dos jagunços” (p. 2).

Ali também levanta-se a idéia de que Antônio Conselheiro teria cometido um crime, o assassinato da própria mãe, e por isso vivia peregrinando em penitência. As notícias que foram colhidas a seu respeito apontam a figura de um homem de hábitos não convencionais. O historiador Rui Facó chega a afirmar que em 1896, ano do início do conflito, apresentavam-no como “um criminoso, um místico, um louco, um restaurador monárquico, ou tudo isto ao mesmo tempo” (Facó, 1978, p. 85). A fama de monarquista vem provavelmente do fato de o Conselheiro, peregrino já muito conhecido no sertão, ter-se colocado contra a cobrança de impostos. Trata-se de um episódio ocorrido na localidade de Bom Conselho. Quando os municípios são autorizados pelo governo republicano a cobrar impostos no interior, Antônio Conselheiro, num movimentado dia de feira, mandou arrancar os editais de cobrança presos às Casas da Câmara e fez com eles uma fogueira em praça pública. Entretanto, muito antes da queda do império, as autoridades locais (religiosas ou leigas) já sinalizavam que as pregações de Antônio Conselheiro poderiam ser perniciosas, o que esvazia a idéia de que a atuação do Conselheiro só se acirrou após a proclamação da República. Não é exatamente essa a imagem que ficou cristalizada nas representações tanto no decorrer da guerra quanto depois dela. A dissonância entre as representações artísticas e as históricas do episódio de Canudos explicitam a idéia de que isso se deve a uma construção, mediada, ainda que de forma inconsciente, pelas operações realizadas pelos que se propunham a ler e registrar de alguma forma a guerra. Ela pode ser observada nos textos e imagens diretamente associados ao período da guerra e têm sua origem numa visão previamente concebida que o intelectual brasileiro tinha a respeito do sertanejo.

2.3. Tempo de guerra

2.3.1. Intelectuais em cena: Machado de Assis e Euclides da Cunha

Muitos foram os intelectuais contemporâneos à Guerra de Canudos que se manifestaram sobre o conflito. Poucos porém foram os que se colocaram a favor dos chamados rebeldes do sertão. Euclides da Cunha, por exemplo, havia publicado no ano da guerra, logo após o insucesso da Terceira Expedição de Canudos, a série de artigos intitulada "A nossa Vendéia". Ali, o futuro autor de *Os sertões* critica duramente os que se levantavam contra os ideais republicanos, tão apaixonadamente defendidos por ele anos antes, quando era cadete da Escola Militar. Ao contrário de outros intelectuais, como o próprio Euclides, Manoel Benício e Favila Nunes, apresentados incondicionalmente como críticos dos sertanejos, para depois reverem suas posições, Machado de Assis apelou para sua verve literária ao comentar com extremo ceticismo, muitas vezes irônico, as movimentações em Canudos.

Clímaco Dias, em *Canudos: poesia e mistério de Machado de Assis*, destaca o romancista como das poucas vozes que suspeitou da versão oficial dos acontecimentos, "não por simpatia à causa do Conselheiro, que parece ele jamais logrou conhecer, mas sobretudo pela visceral desconfiança, que ele tinha das elites brasileiras" (Dias, s/d).

Machado de Assis escreveu na *Gazeta de Notícias* uma crônica semanal chamada *A semana*. Sua atuação se estendeu de 1892 a 1897, mas só em 1894 surgiu a primeira das referências a Canudos feitas pelo escritor. Em um primeiro texto, "Canção de Piratas", em julho daquele ano, mais de um ano após a fundação de Canudos, o cronista duvida da versão que chega aos jornais pelos telegramas e passa a ironizar a situação, destacando nela o que poderia ser lido como rompimento com a mesmice do dia-a-dia na capital federal:

Telegrama da Bahia refere que o conselheiro está em Canudos com 2.000 homens (dous mil homens) perfeitamente armados. Que Conselheiro? O Conselheiro. Não lhe ponhas nome algum, que é sair da poesia e do mysterio.

É o Conselheiro, um homem dizem que fanático, levando consigo a toda a parte aqueles dous mil legionarios. Pelas ultimas noticias tinha já mandado um contingente a Alagoinhas. Temem-se no Pombal e outros logares os seus assaltos (Assis, 1944, p. 155).

Dois anos depois, em 13 de setembro de 1896, curiosamente esquecido de quem se tratava Antônio Conselheiro, escreveu uma segunda crônica. Nela trata Machado de Assis de um outro peregrino, chamado Benta Hora. Clímaco Dias, no referido artigo, observa a semelhança de tratamento dado pela imprensa baiana aos dois peregrinos:

Do mesmo modo como se comportava em relação ao Conselheiro, a imprensa da Bahia pede a prisão de Benta Hora, e que este apresente suas credenciais divinas na cadeia. Machado de Assis, além de fazer uma severa crítica ao tom jocoso da informação, defende de forma veemente e apaixonada, o direito de manifestação de Benta Hora, fazendo a comparação entre o vice-governador de Sergipe - Padre Dantas - que era acusado de perseguir os padres que eram de oposição. E comenta esse fato na plenitude de sua fina ironia, dizendo que Sergipe era um estado quase eclesiástico, e que se alguns padres ali fossem presos, não seria porque não estão unidos espiritual, mas exclusivamente porque estão desunidos no temporal. (Dias, s/d)

A referência a Antônio Conselheiro alude ao esquecimento acima citado:

Quanto á doutrina em si mesma, não diz o telegramma qual seja; limita-se a lembrar outro propheta por nome Antonio Conselheiro. Sim, creio recordar-me que andou por alli um oraculo de tal nome; mas não me ocorre mais nada. Occupado em aprender a minha vida, não tenho tempo de estudar a dos outros; mas, ainda que esse Antonio Conselheiro fosse um salteador, por que se ha de attribuir equal vocação a Benta Hora? (Assis, 1944, p. 286)

Na terceira menção a Antônio Conselheiro, Machado de Assis demonstra sintonia com o clima de preocupação e indignação que dominava a capital da República. Publicado em seis de dezembro, o texto surgia apenas duas semanas após a derrota da primeira expedição do exército, sob o comando do Tenente Pires Ferreira, na localidade baiana de Uauá. Mais uma vez o cronista levanta dúvidas quanto às notícias oficiais e destaca a relevância do fato de o Conselheiro conseguir agregar em torno de si tanta gente:

Antes de tudo, tiremos o chapéu. Um homem que só com uma palavra de fé, e a quietação das autoridades congrega em torno de si tres mil homens armados, é alguém. Certamente, não é digno de imitação; chego a achá-lo detestável; mas que é alguém não ha duvida. Não me repliquem com

algarismos eleitorais; nas eleições pode-se muito bem reunir duas e três mil pessoas, mas são pessoas que votam e se retiram, e não se reúnem todas no mesmo lugar, mas em secções. Casos ha em que nem vão ás urnas; é o que elegantemente se chama bico de penna. Uns dizem que este processo e immoral; outros que immoral é ficar de fora. eu digo, como Bossuet: "Só Deus é grande, meus irmãos!" (p. 288).

A frase que encerra a citação é justamente a que está escrita numa igreja construída pelo Conselheiro em Crisópolis, interior da Bahia. Conhecia o líder o texto de Bossuet? Sabia Machado de Assis da frase escrita na fachada da igreja em tão remoto ponto do país? Estas são questões sem resposta. Também nesse texto, o escritor reproduz a idéia, ou ao menos a comenta, de que a intenção de Antônio Conselheiro era golpear as instituições republicanas.

Em outra crônica, a última de 1896, aparece uma breve e irônica referência ao líder, ao tratar de eleições:

Leitor, aproveitemos esta rara ocasião que os deuses nos deparam. Só dous folegos vivos não são candidatos ao governo da cidade, tu e eu. E ainda assim não respondo por ti; n'este seculo de maravilhas póde dar-se que um candidato tenha alma bastante para ler, ao café, uma columna de sensaborias, e ir depois pleitear a palma de combate. Tudo é possível. Já se vêem ossos atravez da carne; dizem que Edison medita dar vista aos cegos. É o que faz na Bahia, sem outro instrumento mais que a suggestão, o nosso grande thaumaturgo Antonio Conselheiro (p. 375-376).

O sucinto comentário pode apontar dois entendimentos. O primeiro sugere uma simpatia do cronista para com a liderança do Conselheiro. Nesse caso, o homem rude do sertão apareceria como uma espécie de voz contrária ao sistema instituído, o que, de acordo com o texto de 1894, representaria um enfado a menos no dia-a-dia da vida na capital republicana. O segundo, e talvez mais provável, seria uma ironia de Machado de Assis com relação às notícias chegadas do sertão. A imprensa vinha noticiando naqueles dias que os seguidores do Conselheiro viam milagres. Daí a associação das atividades científicas de Thomas Edson às práticas místicas de Antônio Conselheiro.

Em janeiro de 1897, mais uma crônica machadiana trata de Canudos. Havia acontecido a derrota da Segunda Expedição Militar, comandada pelo major Febrônio de Brito. Nesse texto, ressurgue o tom utilizado por Machado de Assis na primeira menção aos fatos em processo no interior baiano. Sua crônica se inicia com um protesto: "Os direitos da imaginação e da poesia hão de sempre achar

inimiga uma sociedade industrial e burgueza. Em nome d' elles protesto contra a perseguição que se está fazendo á gente de Antonio Conselheiro" (p. 412). Mais uma vez o escritor desenvolve uma prosa cativante em torno das idéias de *mistério e poesia*. O mistério reside no fato de ter o Conselheiro fundado uma seita cujo nome ou doutrina são desconhecidos. Já a surpresa se deve à incondicional fidelidade dos sertanejos ao Conselheiro, numa reflexão consoante àquela que publicara na crônica do final do ano anterior:

Que vinculo é esse, repito, que prende tão fortemente os fanaticos ao Conselheiro? Imaginação, cavallo de azas, sacode as crinas e dispara por ahi fóra; o espaço é infinito. Tu, poesia, trepa-lhe aos flancos, que o espaço, além de infinito, é azul. Ide, voae, em busca da estrella de ouro que se esconde além, e mostrae-nos em que é que consiste a doutrina d'este homem (p. 416).

Foi da ordem de novecentos o número de homens fiéis ao Conselheiro no embate contra as forças do exército republicano. Na prática, Machado de Assis faz uma dura crítica às informações chegadas ao Rio de Janeiro, oriundas da cobertura jornalística baiana. Nada do que se escrevia o era por quem estivesse próximo à zona do conflito. Ao contrário, tudo era redigido em Salvador, inclusive pelos enviados da *Gazeta de Notícias*, periódico com o qual colaborava o famoso escritor. Machado de Assis mais de uma vez se refere à necessidade de usar a imaginação (e à poesia, para "floreá-la"), no sentido de abstrair o perfil daqueles homens e mulheres, vivendo e lutando em torno de uma figura cada vez mais impenetrável para os que o viam da capital, por meio apenas das notícias ali chegadas. Prevê ainda o infortúnio daqueles sertanejos e, como na primeira crônica, lamenta que em breve, "apaziguado" o sertão, tudo retornaria à mesmice, ao aborrecimento costumeiro.

A perseguição faz-nos perder isto; acabará por derribar o apostolo, destruir a seita e matar os fanáticos. A paz tornará ao sertão, e com ella a monotonia. A monotonia virá também á nossa alma. Que nos ficará depois da victoria da lei? A nossa memoria, flôr de quarenta e oito horas, não terá para regalo a agua fresca da poesia e da imaginação, pois seria profanal-as com desastres electricos de Santa Theresa, roubos, contrabandos e outras aneddotas succedidas nas quinta-feiras para se esquecerem nos sabbados (p. 417-418).

Em mais duas oportunidades, exatamente nas duas semanas que se seguiram, Machado de Assis aborda Canudos. No dia sete de fevereiro, trata das

mulheres dos combatentes que integrariam a terceira expedição sob o comando do Cel. Moreira César. De certa forma, esboça uma crítica à expedição anterior, derrotada antes sequer de penetrar ou mesmo se aproximar da cidadela. A última crônica é a do dia 14 de fevereiro. Apesar de o conflito só conhecer seu termo mais de seis meses depois, Machado de Assis não mais escreve sobre os fatos, até porque sua participação como cronista da *Gazeta de Notícias* se encerrou duas semanas após essa publicação. Isso aconteceu em data anterior às ações desastrosas da Terceira Expedição, marcadas pela morte de Moreira César. Ali curiosamente o cronista afirma, depois de se ter mostrado irônico, mas simpático às movimentações no sertão baiano, que teria sido mais fácil dissolver o ajuntamento inicial em torno de Canudos com uma patrulha policial, enquanto isso ainda era possível, mas que os "civilizados", por "preguiça" (Assis, 1997, p. 765), nada fizeram, mesmo depois da sinalização do Frei João Evangelista do Monte Marciano no sentido da necessidade de dissolução de Canudos, quando da sua visita ao arraial em 1895. É curiosa a afirmação, pois ela nos chega de forma isolada, depois das manifestações de simpatia pela rebeldia sertaneja feitas pelo cronista nas oportunidades anteriores.

A voz de Machado de Assis foi, naquele momento, praticamente a única a desconfiar das notícias oficiais, o que levou o escritor a não aderir, ao menos não incondicionalmente, à visão da elite dominante brasileira da época. Fica-nos a curiosidade de saber o que teria escrito o cronista, ao receber, ao longo do ano de 1897 e principalmente depois da queda de Canudos, as notícias de que não havia conspiração para derrubar a República, nem efetivamente a prática de banditismo por parte dos fiéis ao Conselheiro. Isso sem contar com os que se renderam e receberam em troca a gravata vermelha, a degola sumária, sem distinção de sexo ou idade, numa sentença de morte coletiva sem precedentes na história do Brasil.

Machado de Assis, assim como outras personalidades da época, como Afonso Arinos, Joaquim Nabuco ou André Rebouças, formaram suas opiniões a partir justamente das informações chegadas da Bahia pela intervenção do jornalismo local. Euclides da Cunha e Manoel Benício também viveram semelhante processo. Todos acabaram por travar contato com as notícias que chegavam do nordeste do país por meio de telegramas. A partir daí reprocessaram as informações em textos que circularam pela mídia impressa da época. O contato desses intelectuais com as notícias avizinha-se ao que Jean Lacouture denomina

"domínios da história imediata". De acordo com esse pesquisador, os "componentes irreduzíveis" da história imediata "são, a um só tempo, proximidade temporal da redação da obra em relação ao tema tratado e proximidade material do autor em relação à crise estudada" (Lacouture, 1990, p. 216). Era justamente nessa situação que se desenvolvia a reflexão e o trabalho escrito de Machado de Assis.

É certo que as informações que chegavam à capital federal ou a São Paulo eram já mediadas por quem as colhia e escrevia. Daí a crítica por parte dos cronistas, em especial do próprio Machado de Assis, como foi mencionado neste mesmo texto, ao fato de os informantes da *Gazeta de Notícias* escreverem de Salvador, não estando, portanto, no lugar nem ao menos próximo ao local dos eventos. É o que registra Clímaco Dias no ensaio "Canudos: poesia e mistério de machado de Assis":

O protesto do parágrafo inicial se transmuta em crítica direta aos correspondentes de guerra em geral, e em particular àquele que envia informes ao seu jornal, ao observar que o mesmo escreve de Salvador e não de Canudos, e todo referencial jornalístico orienta-se por testemunhos duvidosos, por não sentirem o pulsar de Canudos. (Dias, s/d)

Ainda assim, é possível pensar a relação dos cronistas da capital enquanto sujeitos que se valem do imediatismo da informação, em um processo que se dá intuitivamente, já que a conceituação não havia sido formulada na época. As crônicas de Machado de Assis, inclusive, não levam em conta o desfecho da guerra, porque elas se reportam à atividade do cronista em período anterior a ele. Machado de Assis encerrou a sua coluna semanal antes mesmo de se ter notícias do desastre que foi a Terceira Expedição. O importante é perceber que, mesmo tendo acesso às mesmas informações, enquanto Machado de Assis levantava suspeitas a respeito delas, outros, como Euclides da Cunha, aceitavam-nas prontamente, até porque elas iam ao encontro de suas convicções ideológicas. É desse raciocínio que surge a idéia, amparada na leitura dos textos produzidos durante a guerra e depois dela, de que havia uma visão pré-estabelecida a respeito do caso por parte dos que seguiram para Canudos como jornalistas de guerra. É o que Walnice Galvão percebe nos correspondentes que foram para Canudos: a

consciência, formada de antemão, do que iriam noticiar. Entretanto, com o desenrolar da guerra, vão mudando suas idéias:

É curioso observar como, ao nível da linguagem, os chavões sobre conspiração restauradora e perversa natureza infra-humana dos jagunços, bem como palavras-de-ordem patrióticas, vão-se alternando nos textos, ante a força irrecusável da empiria, com o desmantelamento desses mesmos chavões. Também na maioria das reportagens é possível observar a trajetória descrita pela consciência letrada do país, que termina reconhecendo os jagunços como compatriotas e a guerra como fratricida (Galvão, 1977, p. 117).

Fica claro então que a forma como o país encarou o conflito aponta uma dissociação entre o agrupamento de Canudos e o restante dos cidadãos brasileiros, aí se destacando os homens letrados, participantes da vida pública, detentores, por isso, de um cabedal de informações privilegiadas. Dessa forma, evidencia-se nessas linhas a leitura feita pelos que estavam do lado do poder. Tais leituras, no entanto, não são e nem poderiam ser homogêneas, porque os leitores são pessoas de situação social e sobretudo ideológicas distintas. Machado de Assis é um homem que vivenciou boa parte do segundo reinado brasileiro. Viu a escravidão ser abolida e a República se impor ao Império pela ótica amadurecida de um velho intelectual de Letras. A evolução da complexidade da sua obra literária com o tempo certamente autoriza essa afirmação. Por outro lado, Euclides da Cunha fez suas leituras do alto de sua mocidade intensamente vivida nos meios militares em que se educou. É perceptível nas suas posturas políticas certo desencanto com os ideais da época de escola, mas há ainda no seu pensamento a forte convicção no regime republicano. Observa-se na obra machadiana a postura cética ante a *panacéia* chamada Positivismo, espécie de remédio eficiente para todos os males, como o emplasto inventado pelo famoso personagem Brás Cubas. O mesmo não ocorre quando se toma contato com o pensamento de Euclides da Cunha. Em suma, enquanto o primeiro lê o mundo que o cerca pela lógica da desconfiança, o segundo pauta-se em certezas, que depois terão de ser reavaliadas ao longo da guerra e depois dela.

Em 1897, o futuro autor de *Os sertões* era já um razoável conhecedor de aspectos fisiográficos do sertão nordestino. Isso porque nutria há alguns anos o desejo de abandonar o exército para se dedicar ao ensino e à escrita. Tal idéia

Roberto Ventura, no seu *Euclides da Cunha – Esboço biográfico*, livro de publicação póstuma e não finalizado devido à sua morte em 2002, aborda em diversos momentos.

Ventura, em um comentário claramente pessoal, mas de extrema relevância para a visão que pretendia construir, refere-se a um jovem Euclides, recebido pelo proclamador da República, o Marechal Deodoro da Fonseca no dia seguinte à data histórica, e convidado a reintegrar o exército brasileiro. Euclides fora afastado do militarismo por ter tentado quebrar um sabre aos pés do ministro, em um ato de protesto contra a Monarquia:

Para atender ao desejo do marechal vitorioso, foi-lhe emprestado um cavalo para ir até a Escola Militar e pegar um uniforme nos cabides dos alojamentos. Voltou ao quartel-general, para se juntar aos antigos colegas, com roupa e quepe bem maiores do que seu número, *num desajuste significativo de seu desconforto na carreira militar, tanto nos tempos da Monarquia quanto na era republicana...* (Ventura, 2003, p. 88, grifos meus).

Na bela metáfora construída por Ventura, emerge um Euclides ao mesmo tempo fiel ao ideal republicano, porém mais fiel ainda à sua formação técnica e positivista. Isso provavelmente foi fator determinante na sua decisão, poucos anos após o referido acontecimento, de definitivamente se afastar da vida militar. Muito cedo parece ter-se desiludido com os procedimentos adotados pelo novo sistema de governo implantado no país. Ventura destaca isso, citando carta do escritor ao pai, em julho de 1890, menos de um ano depois da proclamação da República:

Euclides tinha se desligado, a conselho do sogro, de algumas ligações políticas e parou de escrever para o jornal *Democracia*, em que atacara, nos últimos meses, alguns atos do governo republicano. Mas mantinha uma postura crítica diante do novo regime. Atacava, na carta, a política de promoções no Exército e se mostrava contrário à política financeira de Rui Barbosa. Considerava que o país entrava no 'desmoralizado regime da especulação mais desensofrida', que permitia pensar-se em tudo, menos na pátria. Preferia retrair-se da vida política e se dedicar aos estudos, só esperando ser chamado para postos públicos quando tivesse passado 'essa febre egoística e ruim que parece alucinar a todos' /.../ (p. 90-91).

Revelava, nesses escritos, "sua precoce desilusão com os rumos da política republicana" (p. 92). Isso não o impede de, em 1892, defender a legalidade do governo do Marechal Floriano Peixoto depois da deposição de Deodoro:

Defendia o encerramento do processo revolucionário, de modo a garantir a consolidação do novo regime. 'Já fomos oposicionistas', escreveu em 15 de março, ao admitir sua mudança de posição. A luta regeneradora pela República dos bons tempos revolucionários, em que uma minoria, guiada pelos livros, fora capaz de criar uma maioria de idéias, estava para ele extinta. A antiga fé nos princípios políticos republicanos teria dado lugar a um caos tão espantoso e assustador que não via mais como seguir regras ou preceitos. (p. 104)

Nessa ocasião, já escrevendo para o *Estado de S. Paulo*, Euclides da Cunha faz referência aos camponeses rebeldes da Vendéia, num primeiro estabelecimento de paralelo histórico entre a história brasileira e a Revolução Francesa. Escreve Roberto Ventura:

Euclides criticou, no *Estado*, os opositores de Floriano, que comparou, em 6 de abril, aos camponeses rebeldes da Vendéia: 'A República brasileira tem também a sua Vendéia perigosa'. Reafirmava sua certeza da vitória do governo, ao recorrer ao mesmo paralelo histórico que iria aplicar mais tarde a Canudos: 'A República vencê-los-á, afinal, como a grande revolução à Vendéia'... A projeção da Revolução Francesa sobre a história brasileira, uma obsessão tirada de suas leituras do francês Jules Michelet e do inglês Thomas Carlyle, já se encontrava pronta para ser aplicada à Guerra de Canudos, muito antes da eclosão do conflito entre a República e os seguidores do Conselheiro (p. 105).

Apesar de continuar a acreditar na República, Euclides da Cunha passa a nutrir o desejo de se afastar da vida militar. Sua postura crítica o encarcerava em um isolamento dentro das forças armadas, o que acabou se materializando na transferência para a cidade de Campanha, no interior de Minas Gerais. O contato com o interior do país pode ter-lhe provocado o desejo de se afastar das grandes capitais, como o Rio de Janeiro. É dessa época, mais exatamente a partir de 1892, o seu interesse pelos estudos das ciências da natureza:

Euclides lia o livro de Emmanuel Liais, *Geologie, flore, faune et climats du Brésil*, depois citado em *Os sertões*, que lhe foi emprestado por Júlio Bueno. Estudava mineralogia e geologia, para se preparar para possível concurso na Politécnica. O astrônomo francês Liais dirigiu por dez anos, de 1871 a 1881, o Observatório Astronômico, até se demitir desanimado com a falta de verbas para a instituição. Seu livro sobre a geografia brasileira foi escrito após viagem de exploração ao Nordeste na década de 1860. Euclides freqüentou o Observatório entre 1892 e 1893, quando ensinava na Escola Militar (p. 133-134).

O escritor jamais conseguiria um lugar na Escola Politécnica de São Paulo, muito provavelmente por causa de seu diretor, o engenheiro Paula Souza, a quem Euclides criticara duramente ao analisar o projeto de criação da instituição de ensino técnico. Entretanto, seu desejo de ali ingressar, pondo fim à carreira no exército, fez com que ele se dedicasse aos estudos, que seriam fundamentais para a escritura de *Os sertões*.

Em março de 1897, Euclides da Cunha publicou o primeiro de uma série de artigos, dois deles intitulados "A nossa Vendéia". Vê-se claramente naquelas linhas a formação técnica adquirida na vida militar, aliada aos estudos sobre a geografia brasileira. Surge uma combinação, adicionada ao estilo próprio do escritor, que se comporta como artefato discursivo sustentador de uma argumentação de notável lógica, cujo intuito era defender as operações republicanas na região de Canudos. Mesmo afastado definitivamente do exército desde julho do ano anterior, não perdeu sua crença na República e a defendia agora como sempre, com liberdade, no entanto, de criticar a instituição da qual fizera parte por mais de nove anos. Fora do exército, passou a viver da terça parte do soldo de tenente, somada à remuneração pelo seu trabalho de engenheiro-ajudante de primeira classe da Superintendência de Obras Públicas de São Paulo, e ao que recebia por escrever no *Estado de S. Paulo*.

O primeiro artigo de nome "A nossa Vendéia" veio a público no dia 14 de março de 1897, dez dias depois do fracasso da Terceira Expedição a Canudos e da morte de seu comandante, o Coronel Moreira César. O artigo desperta interesse por vários fatores, mas talvez o que mais chame a atenção do leitor de hoje seja o discurso altamente técnico, demonstrativo de conhecimento teórico a respeito da geografia da região, permeado por referências pejorativas a Antônio Conselheiro e seus seguidores:

Pertencente ao sistema huroniano ou antes erigindo-se como um terreno primordial indefinido entre aquele sistema e o laurenciano, pela ocorrência simultânea de quartzitos e gneisse graníticos característicos, o solo daquelas paragens, arenoso e estéril, revestido, sobretudo nas épocas seca, de vegetação escassa e deprimida, é, talvez mais do que a horda dos fanatizados sequazes de Antônio Conselheiro, o mais sério inimigo das forças republicanas. (Cunha, 1995, p. 605)

O raciocínio é claro. Luta-se contra mais de um inimigo, pois a geologia local é um fator complicador para as forças republicanas na região. Há no discurso de Euclides da Cunha uma interessante alternância de parágrafos em que fica clara a aridez local, o cenário de ruína, em que penetram os soldados brasileiros, e uma beleza ingênua que faz com que o texto resvale no lirismo. O primeiro aspecto está claro no trecho:

Nessas quadras a relva requeimada, através da qual, como única vegetação resistente, coleam cactos flageliformes reptantes e ásperos, dá aos campos, revestidos de uma cor parda intensa, a nota lúgubre da máxima desolação; o solo fende-se profundamente, como se suportasse a vibração interior de um terremoto; as árvores desnudam-se, despidas das folhagens, com exceção, do *juazeiro* de folhas elípticas e coriáceas, - e os galhos que morreram ficam por tal modo secos que, em algumas espécies, basta o atrito de um sobre outro para produzir-se o fogo e o incêndio, subsequente de grandes áreas (p. 606).

Já o segundo aspecto surge nos parágrafos abaixo, sobretudo no trecho grifado:

O ar que então se respira, diz o ilustre professor Caminhoá, tem um aroma dos mais agradáveis e esquisitos. Uma temperatura de 16° a 18° à noite e pela manhã obriga a procurar agasalho aos que poucos dias antes dormiam ao relento e com calor. As aves que tinham emigrado para as margens e lugares próximos dos rios e mananciais voltam a suas habitações. Foi ali que, apreendemos quanto é bem dado aos papagaios o nome específico de *festivus*. Com efeito, quando chegam os bandos destas aves a gritarem alegremente acompanhadas de um sem-número de outras, começam logo a se animar aquelas paragens e como que a natureza desperta.

Então, o sertanejo é feliz e não inveja nem mesmo os reis da terra!

Como se vê naquela região, intermitentemente, a natureza parece oscilar entre os dois extremos - da maravilhosa exuberância à completa esterilidade. Este último aspecto, porém, infelizmente, parece predominar (p. 607, último grifo meu).

Se por um lado há uma adjetivação negativa aos homens quando se trata de direta referência aos nordestinos em luta contra as forças republicanas, o mesmo não se dá nas referências genéricas aos habitantes da região. Chega até a chamá-los de "nossos patrícios do sertão", no trecho em que relaciona a força, a coragem e a astúcia daqueles homens aos aspectos históricos e geográficos do lugar, razão da capacidade de resistência dos sertanejos numa situação de guerra:

Identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão, de

tipo etnologicamente indefinido ainda, refletem naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam.

O homem e o solo justificam assim de algum modo, sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica expressa no título deste artigo. Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do Império.

A mesma coragem bárbara e singular e o mesmo terreno impraticável aliam-se, completam-se. O *chouan* fervorosamente crente ou o *tabaréu* fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados.

A justeza do paralelo estende-se aos próprios reveses sofridos. A Revolução Francesa que se aparelhava para lutar com a Europa, quase sentiu-se impotente para combater os adversários impalpáveis da Vendéia – heróis intangíveis que se escoando céleres através das charnecas prendiam as forças republicanas em inextrincável rede de ciladas...

Entre nós o terreno, como vimos, sob um outro aspecto embora, presta-se aos mesmos fins.

Este paralelo será, porém, levado às últimas conseqüências. A República sairá triunfante desta última prova (p. 608).

O paralelo estabelecido entre a Vendéia e a região de Canudos surge em um momento em que a defesa dos ideais republicanos e a valorização das movimentações políticas, refletidas nas operações bélicas, era fundamental. Mesmo sendo um crítico dos rumos tomados pela República, Euclides da Cunha não deseja vê-la destruída. O paralelo então deve ser lido, como o próprio texto sugere, enquanto justificativa técnica dos reveses acontecidos até aquele momento, o que, de acordo com o exemplo, não constituía absolutamente situação inédita ou inusitada em um momento crucial para o novo regime como aquele.

O grande dado novo, porém, é o notável reconhecimento de que o *inimigo* combatido não deveria ser subestimado por se tratar de uma população paupérrima, submetida às mais precárias condições de vida. O tom empregado por Euclides da Cunha denota o respeito que ele reconhece ser fundamental para que se atinja a vitória. Isso se contrasta fortemente com a arrogância assumida pelos comandantes das expedições fracassadas, sobretudo Moreira César. Conhecido com "Treme-terra", o coronel marchou para Canudos certo de que nem luta haveria, pois os sertanejos se dispersariam no sertão só por saberem ser ele o comandante da tropa. Não houve debandada dos sertanejos. O coronel Moreira César foi atingido e morto por uma bala, na primeira e única batalha daquela expedição. Dispersaram-se pelo sertão, em desesperada fuga, os sobreviventes dos cerca de 1600 soldados enviados a Canudos.

Euclides da Cunha escreveu o artigo como um tipo de encorajamento à nação, mas também como justificativa da maior derrota do exército brasileiro naquela campanha. Não gratuitamente, após dar ao sertanejo ao menos algum valor, termina o texto na certeza da vitória de uma suposta civilização contra uma igualmente presumida barbárie, como está claro na última frase da citação acima: "A República sairá triunfante desta última prova" (p. 608).

Pouco tempo antes de seguir para a Bahia, surgiu o segundo artigo intitulado "A nossa Vendéia". No texto, publicado em 17 de julho de 1897, quatro meses depois do primeiro, vê-se um Euclides da Cunha que percebe as táticas do inimigo, resistindo, contudo, em reconhecê-las como tal. Sua preocupação com a contextualização histórica é notável, tanto é que recorreu a exemplos de experiências européias comparáveis, pela sua ótica, ao caso de Canudos:

Esquecemo-nos de exemplos modernos eloqüentíssimos. A Inglaterra enfrentando os zulus e os afhans, a França em Madagascar e a Itália recentemente, às arrancadas com os abissínios, patenteiam-nos entretanto reveses notáveis de exércitos regulares aguerridos, bravos e subordinados a uma disciplina incoercível, ante os guerrilheiros inexpertos e atrevidos, assaltando-os em tumulto, desordenadamente e desaparecendo, intangíveis quase num dédalo impenetrável de emboscadas.

A profunda estratégia européia naquelas paragens desconhecidas é abalada por uma tática rudimentar pior do que a tática russa do deserto (p. 609).

Euclides não se dava conta das contradições do próprio texto. Se os "guerrilheiros inexpertos", que atacam "desordenadamente" abalam estratégias de exércitos organizadíssimos, é porque a dita "tática rudimentar" presta-se para aquele tipo de combate, naquelas condições geográficas. O mesmo ocorre no comentário que faz em relação às armas utilizadas pelos sertanejos, que são "inferiores", apesar de constituírem "recurso extraordinário":

Por outro lado, as próprias armas inferiores que usam, na maioria, constituem um recurso extraordinário: não lhes falta nunca a munição para os bacamartes grosseiros ou para as rudes espingardas de pederneiras. A natureza que lhes alevantou trincheiras na movimentação irregular do solo - estranhos baluartes para cuja expugnação Vanban não traçou regras - fornece-lhes ainda a carga para as armas: as cavernas numerosas que se abrem nas camadas calcárias dão-lhes o salitre para a composição da pólvora e os leitos dos córregos, lastrados de grãos de quartzo duríssimos e rolados, são depósitos inexauríveis de balas (p. 611).

O conhecimento que o sertanejo tem da fisiografia da região é utilizada como aliada nas táticas que vão aos poucos demonstrando aos combatentes:

De fato, nada pode perturbar com maior intensidade o mais seguro plano de campanha do que esse sistema de guerra que sem exagero de frase se pode denominar - a tática da fuga - na qual, adaptadas de um modo singular ao terreno e invisíveis como misteriosas falanges de duendes, as forças antagonistas irrompem inopinadamente de todas as quebradas, surgem de modo inesperado nas anfratuosidades das serras, nas orlas ou nas clareiras das matas e, fugindo sistematicamente à batalha decisiva, diferenciam e prolongam a luta, numa sucessão ininterrupta de combates rápidos e indecisos.

A organização mais potente de um exército, que é um organismo superior com órgão e funções perfeitamente especializadas, vai-se, assim, em sucessivas sangrias, deperecendo até a adnamia completa, ante as hostes adversárias, de uma organização rudimentar, cuja força está na própria inconsistência, cujas vantagens estão na própria inferioridade e que, desbaratados hoje, revivem amanhã, dos próprios destroços, como pólipos (p. 609).

Não há, no entanto, o reconhecimento de que isso seja fruto de uma inteligência de guerra tão pertinente quanto as que eram desenvolvidas à luz da disciplina militar dos exércitos europeus ou mesmo do brasileiro. Quanto à realidade que se impõe, há apenas uma espécie de lamento como "A marcha do exército republicano opera-se nesse labirinto de montanhas" ou "Não é difícil aquilatar-se à imensa série de obstáculos que a perturba" (p. 610) ou ainda:

Caindo inopinadamente numa emboscada, ao atravessarem uma garganta estreita ou um capão de mato, os batalhões sentem a morte rarear-lhes as fileiras e não vêem o inimigo - fulminando-os do recesso das brenhas ou abrigados pelos imensos blocos de granito que dão a certos trechos daquelas paragens uma feição pitoresca e bizarra, amontoado no alto dos serros alcantilados, como formas evanescentes de antigas fortalezas derruídas...

Compreendem-se as dificuldades da luta nesse solo impraticável quase (p. 610).

De forma análoga, os comentários a respeito de hábitos culturais, como a roupa do sertanejo, mudam de tom do primeiro para o segundo artigo. Em março de 1897, Euclides apenas descreve a indumentária sertaneja, sem relacioná-la a qualquer aspecto facilitador da movimentação do homem do lugar em tempo de guerra:

É sobre estes tabuleiros, recortados por inúmeros vales de erosão, que se agitam nos tempos de paz e durante as estações das águas, na azáfama ruidosa e álcere das *vaqueijadas* os rudes sertanejos completamente vestidos de couro curtido - das amplas *perneiras* ao chapéu de abas largas - tendo à tiracolo o laço ligeiro a que não escapa o garrote mais arisco ou rês alevantada e pendente, à cinta, a comprida faca-de-arrasto, com que investe e rompe intrincados cipoais (p. 607-608).

No artigo de 17 de julho do mesmo ano, a descrição tende a desqualificar a beleza dos trajes, mas é relacionada à idéia de eles contribuírem para a ação "traíçoira" do jagunço.

Vestido de couro curtido, das alpercatas sólidas ao desgraçoso chapéu de abas largas e afeiçoado aos arriscados lances da vida pastoril, o *jagunço*, traíçoira e ousado, rompe-os, atravessa-os, entretanto, em todos os sentidos, facilmente, zombando dos espinhos que não lhe rasgam sequer a vestimenta rústica, vingando célere como um acrobata as mais altas árvores, destramando, destro, o emaranhado dos cipoais.

Não há como persegui-lo no seio de uma natureza que o criou à sua imagem - bárbaro, impetuoso e abrupto (p. 610).

Reconhecer o heroísmo do sertanejo é uma concessão feita por Euclides, nesse artigo, ainda anterior à sua viagem, apenas para ressaltar o que há de primitivo nele. Deve-se também observar que em nenhum outro momento do texto o escritor utiliza a palavra "jagunço" para se referir aos homens do sertão:

O jagunço é uma tradução justalinear quase do *iluminado* da idade média. O mesmo desprendimento pela vida e a mesma indiferença pela morte dão-lhe o mesmo heroísmo mórbido e inconsciente de hipnotizado e impulsivo.

Uma sobriedade extraordinária garante-lhe a existência no meio das maiores misérias (p. 611).

Outro aspecto notável nesse artigo são as críticas, ainda que em tom construtivo, a alguns procedimentos do comando do exército nas expedições anteriores. Fora da corporação havia mais de um ano, Euclides registra sua desaprovação:

Um exército não pode dispensar uma linha de operações, segura e francamente praticável, ligando-o à base principal afastada, através de pontos de refúgio intermediários ou bases de operações secundárias, para as quais refluem as forças em casos de revés ou seguem facilmente os recursos que se tornam necessários.

A viagem recente de Canudos a Monte Santo das forças sob o comando do Coronel Medeiros é um exemplo frisante.

Toda a campanha ficou em função daquela força expedicionária; a sorte de um exército ficou entregue a uma brigada diminuta. Entretanto, tal não sucederia se a linha de operações tivesse como pontos determinantes duas ou três posições estratégicas, aonde forças em número relativamente diminuto se firmem, auxiliando eficazmente as comunicações entre a base de operações e o exército. (p. 611)

Reforça, entretanto, o discurso de confiança no exército e no sucesso daquela que seria a última expedição a Canudos:

As forças auxiliares que partem hoje do Rio de Janeiro irão, certo, iniciar estas medidas urgentes, corrigindo uma situação anormalíssima.

Não basta garantir Monte Santo - é indispensável ligá-lo o mais estreitamente possível ao exército, cujo eixo de operações alevanta-se neste momento, em frente de Canudos.

Tomadas estas providências, a campanha que pode terminar amanhã repentinamente por um golpe de audácia, mas que pode também prolongar-se ainda, será inevitavelmente coroada de sucesso (p. 611).

Como no primeiro artigo, Euclides da Cunha finaliza o texto com uma reafirmação dos valores republicanos, justificando os erros anteriores, e com o desejo de ver a guerra decidida pela vitória da República:

A morosidade das operações é inevitável, pelos motivos rapidamente expostos.

As tropas da República seguem lentamente, mas com segurança, para a vitória. Fora um absurdo exigir-lhes mais presteza.

Quem, ainda hoje, observa essas monumentais estradas romanas, largas e sólidas, inacessíveis à ação do tempo, lembrando ainda a época gloriosa em que sobre elas ressoava a marcha das legiões invencíveis, irradiando pelos quatro pontos do horizonte, para a Gália, para a Ibéria, para a Germânia, compreende a tática fulminante de César...

Mas, amanhã, quando forem desbaratadas as hostes fanáticas do Conselheiro e descer a primitiva quietude sobre os sertões baianos, ninguém conseguirá perceber, talvez, através das matas impenetráveis, coleando pelo fundo dos vales, derivando pelas escarpas íngremes das serras, os trilhos, as veredas estreitas por onde passam, nesta hora, admiráveis de bravura e abnegação - os soldados da República (p. 611).

Já no nordeste brasileiro, Euclides da Cunha declarou a que tinha ido à guerra: "A minha missão é esta: fui convidado em São Paulo para estudar a região de Canudos e traçar os pontos principais da campanha. Aceitei-a e vim" (Galvão, 1998, p. 144). A idéia de que a luta se deu contra um grupamento privado de civilização desfaz-se à medida que os "civilizados homens do litoral", como Euclides da Cunha, tomaram contato com a inusitada realidade do sertão.

2.3.2. A guerra e as reportagens

Um dos aspectos mais importantes a respeito da Guerra de Canudos foi a movimentação que ela gerou nas capitais dos estados da federação, sobretudo em Salvador, São Paulo e na então capital federal, o Rio de Janeiro. O autor de *A reinvenção do sertão*, Paulo Martins, apresenta números que revelam ser referente ao conflito em Canudos a maior parte das referências ao Brasil em periódico internacionais em 1897, o que deu à guerra um certo apelo internacional (Martins, 2001, p. 185).

Segundo Walnice Galvão, o conflito na Bahia “se não inaugurou, deve ter intensificado extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor de enviados especiais no local dos acontecimentos” (Galvão, 1977, p. 109). Isso motivou uma produção de textos jornalísticos durante o período que compreendeu a quarta expedição, avançando para além do seu término.

No artigo que escreveu em 1997, Roberto Ventura afirma que Euclides da Cunha, em *Os sertões*, criou “uma imagem de Canudos como cidade iletrada, dominada por fanatismos e superstições transmitidos de forma oral” (Ventura, 1997, p. 93). Seu raciocínio avança no sentido de afirmar que o escritor buscou elaborar uma via para a compreensão lógica do episódio de Canudos:

Construiu um modelo interpretativo para dar conta das relações e conflitos entre a sua própria cultura, letrada e urbana, e a cultura oral sertaneja, marcada por mitos messiânicos e pela tradição católica. Procurou dar voz ao outro, objeto de seu discurso e inimigo de suas concepções políticas, ao incorporar textos destinados à oralização, produzidos segundo uma lógica mítica e religiosa que lhe era estranha. (p. 93)

Entretanto, ainda de acordo com o próprio Ventura, Euclides da Cunha tendia a desqualificar o discurso religioso (p. 96), que nada mais era que o discurso do outro, em função de suas convicções pré-conceituadas.

Os jornalistas que atuaram na guerra como correspondentes tinham, na sua maioria, o fato em comum de serem ligados de alguma forma ao exército e/ou ao governo. Euclides era tenente reformado e chegara a Canudos em missão oficial. Manoel Benício, a quem o *Jornal do Comércio* sempre se refere como capitão, havia pertencido aos quadros do exército, o que legitimava fortemente suas críticas às estratégias do exército, pois se tratava de alguém que conhecia o assunto.

O fato é que a forma como o país encarou o conflito aponta para uma dissociação entre aquele agrupamento de Canudos e o restante dos cidadãos brasileiros, pois desta forma ficava mais fácil não apenas justificar as ações militares, como atacar os grupos remanescentes monarquistas. Quanto a isso, Roberto Ventura escreve:

A guerra serviu de pretexto à repressão aos grupos monarquistas e aos setores jacobinos, tendo contribuído para a implantação da política dos governadores criada pelo presidente Campos Sales (1898-1902), em que as lideranças civis de Minas Gerais e São Paulo passaram a se alternar no poder. (p. 91)

São essas idéias que de alguma forma é possível observar nas reportagens feitas durante a guerra, bem como os conflitos entre o pensamento dominante na sociedade urbana e a realidade vigente no sertão, totalmente ignorada daquele segmento. O termo "jornalista", comumente utilizado para designar os correspondentes na guerra, deve ser associado à importante informação fornecida por Roberto Ventura. Os enviados para a guerra eram quase todos militares ou ex-militares. Guardavam, portanto, um certo compromisso com a instituição à qual, de alguma forma, estavam ligados. Esse dado impõe ao leitor um cuidado especial na leitura e análise de seus textos.

No interessante verbete denominado “Repórteres”, do livro *Em 1926*, Hans Ulrich Gumbrecht nos aponta um conceito importante no que tange a atuação do jornalista:

Normalmente traduzido como “experiência vivida”, a palavra *Erleben* está surgindo como um conceito-chave na filosofia fenomenológica, onde ela é diferenciada da *Erfahrung* (experiência) e também da *Wahrnehmung* (percepção). Enquanto a “percepção” se refere à mera apreensão do mundo pelos sentidos, a “experiência” abrange tanto o ato quanto resultado da interpretação do mundo apreendido com base no conhecimento previamente adquirido. A *Erleben* está situada entre a “percepção” e a “experiência”. Ela acrescenta à percepção o foco naquilo que está sendo percebido, mas não inclui a interpretação. (Gumbrecht, 1999, p. 242)

Se a *Erleben* não inclui a interpretação, como nos diz o final da citação, certamente é ela quem fornece ao repórter as ferramentas para tal. Contudo, se nos lembrarmos da conceituação de Michel de Certeau (1975), na operação da escrita certamente está embutido o lugar social dessa espécie de dublê de jornalista

encarregado de cobrir a guerra. Logicamente, tais processos, realizados por quem coleta a informação e faz um primeiro processamento escrito para que ela siga até a redação do jornal, não são (nem poderiam ser) conscientes, uma vez que tal discussão teórica é bem posterior àquele momento.

As idéias apresentadas por Jean Lacouture no trabalho "A história imediata" servem de elemento norteador para o entendimento da postura de pessoas, como Manoel Benício e também Euclides da Cunha, enquanto escritores de eventos praticamente simultâneos à escrita. Ambos se viram na posição de correspondentes de guerra e, portanto, tiveram de abordar as informações como uma espécie de "imediatista" ou, utilizando a expressão de Albert Camus, citado por Lacouture, "historiador do instante" (1990, p. 218). Na prática, porém, os correspondentes desempenhavam tais papéis de forma totalmente casual, uma vez que não eram profissionais do jornalismo, nem de história. Tinham uma formação técnica de orientação positivista, o conhecimento de estratégias militares, um bom domínio da escrita e uma profunda inserção ideológica nos ideais republicanos daquela década. Não é de se estranhar que, ao escreverem as notícias a serem enviadas aos seus jornais, mas principalmente ao reprocessarem o texto jornalístico em obras posteriores à guerra, tenham tido tanta preocupação em afirmar o desejo de dizer a verdade, sem que isso estivesse relacionado ao ato reflexivo a respeito da visão que se propõem a apresentar em sua escrita. Os correspondentes de guerra, na sua prática imediatista, realizam o que Lacouture chama de "quádrupla operação de identificação, classificação, montagem e racionalização" (p. 218), mas não tinham como estar conscientes desse processo. O processo se dá num espaço de tempo muito breve, pois a informação deve seguir o seu percurso o mais rapidamente possível, "a partir de um dado cultural", o seu dado, que determina "tanto a orientação da sua pesquisa quanto o eixo de sua interpretação" (p. 218). O fato, no entanto, é que não há exatamente uma pesquisa numa atividade como a desempenhada pelos correspondentes de guerra, o que não impede a realização da quádrupla operação citada, mesmo sem estar consciente dela. Um "texto jornalístico" feito naquelas condições funciona como crônica facilmente correlacionável, em seus procedimentos discursivos, à escrita da história imediata. A operação historiográfica, tal qual a definiu Michel de Certeau, processa-se depois da "operação jornalística", quando do tratamento das informações para posterior publicação.

No estudo introdutório apresentado na recente edição do livro de Manoel Benício, a pesquisadora paulista Sílvia Maria Azevedo afirma que os textos que o correspondente enviava de Canudos para Salvador e dali para a redação do *Jornal do Comércio* no Rio de Janeiro eram escritos no chão da barraca, à noite, com uma iluminação precária. Por ter-lhe faltado tempo e condições adequadas para uma revisão, continham problemas estruturais (Azevedo, 2002, p. 27). Aparentemente sem relevância, a informação ressalta a idéia que Felipe Pena nos aponta na sua *Teoria da biografia sem fim*: "No cotidiano de uma redação jornalística, o espaço para reflexão é mínimo" (Pena, 2004, p. 46). No caso de Manoel Benício, sequer havia o ambiente da redação ou mesmo condições mínimas para se escrever, muito menos tempo hábil para reflexão. O movimento da intuição, regido por suas convicções ideológicas e experiências prévias, deve, assim, ter tido papel fundamental no tom empregado por ele em seus escritos, como se pode observar na seguinte idéia:

Como o repórter só pode viver no presente, ele não tem tempo para escolher os objetos de particular relevância para o seu trabalho, e portanto ele se deixa guiar pela intuição, ao abordar os (aparentemente insignificantes) temas de interesse da vida cotidiana (Gumbrecht, 1999, p. 243).

É o recurso de que parece se utilizar Manoel Benício, naquele cotidiano tão particular, no sentido de amenizar o tom de suas críticas. O resultado é o enriquecimento de possibilidades de compreensão por parte do leitor de seus textos, sejam os leitores daquele momento, ou os de hoje.

Os aspectos aqui expostos foram decisivos na escolha dos textos de Manoel Benício e de Euclides da Cunha para a abordagem da correspondência na Guerra de Canudos. Foram eles também os dois correspondentes de guerra que se utilizaram da experiência vivenciada no conflito para posteriormente publicar livros a seu respeito. A experiência foi fundamental para a escrita de ambos, visto que não se limitaram a apenas reunir os textos produzidos durante aquele período e publicá-los, mas recriaram histórias a partir deles.

O projeto de Euclides da Cunha foi sem dúvida o mais ambicioso de todos, tendo o processo de escrita lhe custado cinco anos de preparação. Walnice Galvão, ao tratar das suas cartas, observa que a epistolografia do escritor sofreu grande diminuição na época da feitura do livro (Galvão, 1997, p.115), mas tomou novo

fôlego após a publicação. A pesquisadora atribui o fato à canalização dos esforços de Euclides na consecução da obra.

Três anos antes, Manoel Benício publicou *O rei dos jagunços*. O correspondente do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, havia permanecido em Canudos durante parte da quarta expedição, enviando notícias datadas de 04 a 24 de julho, quando por razões políticas e de segurança pessoal teve de se afastar do local do conflito. O mês de julho de 1897 foi certamente o mês mais crítico da campanha, principalmente se incluirmos nessa seqüência temporal os últimos dias do mês de junho. A frente que chegara à região sob o comando do general Artur Oscar estava, em 28 de junho, praticamente disposta a bater em retirada, em função da fome e do esgotamento da munição, o que reproduziria o desastroso desfecho da expedição anterior, comandada pelo coronel Moreira César.

O que evitou tal fato foi o socorro prestado pela chamada “Coluna Savaget”, frente que chegava a Canudos vinda de Aracaju sob o comando do general Cláudio Savaget. Fazia parte dessa expedição o correspondente do *Jornal do Comércio*. Benício registrou, em textos publicados no referido jornal nos dias 3 e 4 de agosto de 1897, o que encontraram no morro da Favela, onde estavam as tropas do General Artur Oscar: “A desordem reinava de tal sorte na toca da Favela quando lá chegamos a 28, que até os feridos foram esquecidos” (Galvão, 1977, p. 248). O jornalista não se furtou a criticar abertamente a atuação da Coluna Artur Oscar, o que, segundo Walnice Galvão, determinou que ele fosse convidado a se retirar da região:

Dentre as reportagens inéditas em forma de livro, no que se refere à parte inicial da campanha, contamos apenas com as esparsas e lacunosas reportagens do *Jornal do Brasil* e com as do *Jornal do Comércio*. Estas, todavia, sofrem uma interrupção muito grande, devido ao fato de Manuel Benício ter sido convidado a se retirar por dar informações julgadas inconvenientes; sua última reportagem é datada de 24 de julho e só no início de setembro seu substituto, que também chega com o ministro da Guerra, reencetará a série (p. 113).

Apesar da curta permanência na região, Benício teve a oportunidade de presenciar e registrar ao menos dois dos mais importantes momentos da Quarta Expedição: o encontro entre as colunas Artur Oscar e Savaget, em 28 de junho, e o sangrento combate de 18 de julho. Em suas reportagens, centra-se na descrição de tudo o que dissesse respeito ao que encontrou depois da união das duas colunas.

Para isso, não deixa de criticar, como ele próprio escreve, sem medo de contestações, os erros e desmandos que pôde constatar. Um correspondente de guerra naquela situação era praticamente um combatente, que não apenas acompanhava a coluna, mas ali estava disposto a pegar em armas, conforme o que o próprio escreve:

Eu lá estava também na mesma hora, por isto que nunca deixei de testemunhar os grandes acontecimentos da segunda coluna. Estava na linha de fogo com o Coronel Serra Martins, que dela fez-me retirar a título de não ser combatente bem que me visse de mosquetão ao lado (p. 244).

O correspondente dá a entender que o General Savaget o considerava mais que um jornalista. Pode-se supor terem sido as críticas enviadas ao jornal, provavelmente vistas pelo general, de sua concordância: “Tive suprema satisfação de ser apresentado pelo General Savaget em uma roda de oficiais, ao Artur Oscar, não como um jornalista, mas como um combatente e patriota que havia prestado bons serviços à sua coluna” (p. 245). As críticas ao general Oscar denotam uma preocupação com a imagem da República pouco mais que recém-estabelecida. Isso o jornalista apresenta na reportagem de 03 de agosto (referindo-se a 04 de julho), como sendo o pensamento do próprio Artur Oscar:

É indescritível a recepção da Brigada Savaget no alto da Favela pelas tropas da primeira coluna. Notava-se, pela alegria e entusiasmo que demonstravam, o desânimo e desalento em que tinham caído. Cabe aqui elogiar estes bravos que se não fossem brasileiros ter-se-iam já revoltado contra o seu chefe, também como eles desconsolado, perdido e sem ação. Oficiais contaram-me que, depois do pedido de socorro que mandava pedir ao General Savaget, tirava de quando em quando o relógio, angustiado pela demora da chegada da coluna que o havia de salvar, e salvar a República de um quinto desastre mais vergonhoso do que a soma de todas as vergonhas de Canudos.

Tal a sua satisfação com a nossa chegada que a minha vista ouvi-o confessar que a segunda coluna salvara a primeira e que, caso houvesse um fracasso nesta expedição, a República seria abalada (p. 243-244).

Apesar de serem inúmeras as críticas, não se pode dizer que o jornalista se colocasse contra a guerra, ou mesmo contra o ideal republicano. Sua crítica era fundada única e exclusivamente nos problemas presenciados, não tendo outra intenção senão a de registrar e lamentar os rumos tomados pela primeira coluna: “A minha reportagem sobre a Coluna Oscar cifra-se unicamente a descrever o que

vi depois que aqui cheguei junto a ela” (p. 245) e “É doloroso confessar que deste abalo seria culpado um general republicano como Artur Oscar” (p. 244).

Registra por fim Manuel Benício sua estranheza diante das posições de Artur Oscar, uma vez que ele contava com o histórico das expedições anteriores, o que não justificaria determinadas posturas que o correspondente lhe imputa:

É inacreditável como o General Artur Oscar, que tinha sobre Canudos opinião assentada de que aquilo não era um antro unicamente de bandidos e fanáticos, mas também de monarquistas poderosos, não previsse a resistência dos jagunços e não tomasse medidas e providências que garantissem, ao menos por alguns dias, o combate, o fornecimento e água a seus soldados.

Demais S. Exa. já tinha exemplo nos comandantes das expedições anteriores de que os conselheiristas eram tenazes, corajosos e temíveis, ainda no tempo em que manobravam clavinotes, facões, bacamartes e armas de caça.

Chefe de uma expedição de tamanha responsabilidade, que já tinha custado à República duas patentes superiores, o seu dever seria traçar bem um plano, prevendo os imprevistos e agindo com inteira segurança (p. 246).

Claramente, Manoel Benício baseia seus comentários nas idéias que circularam fortemente na imprensa da época. Com a derrota da terceira expedição a Canudos, fortemente marcada pela morte de Moreira César, Canudos passou a ser vista mais firmemente como um reduto monarquista. Nos jornais, começaram a surgir textos que propagavam o medo de começar, pela Bahia, um levante de restauração da monarquia. O próprio presidente Prudente de Moraes passou a ser acusado pela oposição jacobina, leal a Floriano Peixoto e Moreira César, de cooperar com os jagunços e de ser ele mesmo monarquista. Os jacobinos esperavam que o general Artur Oscar pudesse vencer rapidamente Canudos, depor o governador baiano Luis Viana e o próprio presidente. Vencer rapidamente Canudos passou a ser uma questão de sobrevivência do governo de Prudente de Moraes, pois somente isso seria capaz de desarticular as táticas da oposição ao seu governo. A nomeação do Ministro da Guerra, o marechal paulista Carlos Machado Bittencourt, foi feita com esse intuito. No entanto a guerra se prolongou por boa parte do ano de 1897 e horrorizou o país. Prudente de Moraes só conseguiu ganhar popularidade depois de finda a guerra, quando o marechal Bittencourt foi morto, em um atentado destinado ao próprio presidente, num ato provavelmente jacobino, duramente reprovado pela população.

Do texto a princípio meramente descritivo, Manuel Benício envereda pelo questionamento da realidade dos fatos presenciados. Na sincronicidade entre os acontecimentos e o registro feito, pode, sem trair seu apreço pela República, estabelecer uma visão crítica e construtiva daquele momento de uma guerra que ainda perduraria por mais três meses. Sua contribuição, bem como a dos demais correspondentes de guerra, era preciosa no sentido de fornecer à sociedade totalmente posta à margem dos acontecimentos no sertão baiano um certo contato com a realidade do cotidiano da campanha. Consoante a isso está a idéia da pesquisadora Sílvia Maria de Azevedo, ao afirmar "que a proximidade da guerra e o risco da própria vida instauram, na correspondência de Benício, uma visão de perto e de dentro de Canudos que funciona como garantia da veracidade do que está sendo relatado nas reportagens" (Azevedo, 2002, p.15). Discutível, a idéia de veracidade, no entanto, apóia-se na constante preocupação de Benício em transcrever documentos oficiais ou de acrescentar dados como listas de mortos e feridos e não raramente narrar acontecimentos aparentemente banais, mas capazes de nos ajudar a imaginar o cenário vivido pelos combatentes há cem anos. Quanto ao uso da imaginação, escreveu Sílvia Azevedo:

Ainda que o repórter reivindique veracidade para o que está contando, quem lê as cartas é levado a suspeitar até que ponto a imaginação do repórter colaborou na descrição de certos momentos de batalha. Narrada na perspectiva de alguém que atuou como soldado, a Guerra de Canudos torna-se, nas reportagens, igualmente próxima do leitor que é invocado nas cartas, em vários momentos. Cúmplice do relato, o leitor vive a ilusão de, através do correspondente, tomar parte na luta (p. 15-16).

De forma análoga, não parece ter sido a intenção do correspondente a desqualificação do inimigo. As críticas às estratégias de Artur Oscar não se estendiam ao exército como um todo, mas apenas à inabilidade demonstrada, na visão de Benício, pelo comandante. Quanto às declarações de Manoel Benício, Sílvia Maria Azevedo destaca, no seu discurso, a valorização do inimigo como forma de atenuar as responsabilidades do exército.

Ainda que as reportagens privilegiem o enfoque dos combates na perspectiva do soldado que luta contra o jagunço, as 'notas avulsas' da carta de 8 de julho não deixam de reconhecer o valor do inimigo, o que serve de atenuante à responsabilidade dos altos comandantes pelas ciladas mortais e irresponsáveis em que metiam os seus subordinados. Admitir a perícia e superioridade guerreira dos jagunços funciona como espécie de contraponto

à atuação dos militares que, diminuídos, só fazem engrandecer o valor do adversário que, desde o início da guerra, sempre foi tido como inferior, em termos numéricos e militares. (p. 17)

De todos os correspondentes na guerra, Manoel Benício foi praticamente o único a se mostrar crítico desde o primeiro momento. Isso poderia ter-lhe custado a própria vida. De Salvador, em agosto de 1897, o correspondente do *Jornal do Comércio* cumpriu ainda alguns compromissos relativos à cobertura da guerra, indo em seguida para o Rio de Janeiro, de onde acompanhou o final da guerra.

2.3.3. Relatórios e diários e de Guerra

Com o fim do conflito em Canudos, surgiram alguns relatórios das operações de guerra, feitos por comandantes dos grupamentos que haviam se deslocado dos seus estados para o palco do conflito. São em geral textos técnicos e descritivos, em que o relator demonstra ter por objetivo informar ao comando militar ao qual era subordinado o sucedido no período em que o grupamento se manteve afastado de sua origem. Alguns deles se organizam como diários de guerra.

O primeiro deles surgiu ainda em 1897. É uma publicação feita em Manaus, cujo extenso título funciona como um resumo do próprio texto: *Relatório apresentado pelo senhor Tenente Coronel Cândido José Mariano, comandante do 1º Batalhão de Infantaria do Estado, sobre a estada do mesmo fora do Amazonas, durante o tempo em que esteve à disposição do Governo Federal e em operações no Estado da Bahia*. No texto, o comandante deixa claro o objetivo do deslocamento do batalhão para a Bahia. Para lá foram

a fim de se incorporar às forças expedicionárias que combatiam pela estabilidade das instituições vigentes e manutenção da ordem, nos sertões daquele Estado, e notadamente em Canudos, que se constituía o núcleo central dos rebeldes chefiados pelo fanático Antônio Conselheiro (Mariano, 1897, p. 2).

Por todo o relatório, busca-se destacar a bravura dos combatentes, que, mesmo em situações bastante adversas foram capazes de superar tudo para se manterem em campanha e atingir o objetivo final: o extermínio de Canudos. A cidadela, aliás, é descrita como uma "povoação maldita, antro dos bandoleiros e

assassinos que tantas vítimas já tinham feito nos nossos irmãos de armas e de crenças – os heróicos oficiais e soldados do Exército Brasileiro" (p. 4).

Nesse documento, o primeiro a ser oficialmente publicado, pouco mais de dois meses após a capitulação da cidade, encontra-se o registro de alguns dados importantes. Entre eles pode-se destacar a noção do tamanho alcançado por Canudos na época do conflito:

Devo fazer notar que até esse dia as nossas forças ocuparam em Canudos efetivamente número pouco superior a 600 casas, situadas todas no bairro da "Caridade", como o denominavam os rebeldes jagunços, e, no entanto, o núcleo rebelde, Canudos, tinha construídas dentro do seu seio 5.235 casas, conforme verificou uma comissão que posteriormente foi nomeada para a sua contagem, pelo sr. General em Chefe (p. 7).

Do total de casas é que se chegou a estimativa de mais de vinte mil habitantes em Canudos, pois levou-se em conta uma média de quatro habitantes por moradia. A penúria em que se encontravam os combatentes da quarta expedição é também registrada pelo militar: "Demais, tudo se rebelava contra as patrióticas intenções dos chefes militares da coluna, que somente podiam contar com o valor, abnegação e civismo das tropas que comandavam" (p. 7). Essa não é exatamente uma informação nova, uma vez que os correspondentes de guerra já haviam sinalizado o fato desde as operações da terceira expedição, mas é a primeira vez que ela aparece escrita por um comandante de batalhão. Pode ser considerada, então, uma informação oficial, até porque o relatório foi publicado em partes no Diário Oficial do Estado do Amazonas, ainda em dezembro do ano de 1897.

O batalhão amazonense retirou-se de Canudos no dia sete de outubro, dois dias depois do fim da guerra. O relator informa ter pedido autorização para partir, tão logo Canudos foi dominada por completo:

A 5 de Outubro, depois de uma resistência louca, digna da melhor causa, o inimigo sitiado pela sede que nele se fazia sentir horrivelmente, pela fome, pelo incêndio e pelas balas, entregou-se de vez, ou antes deixou de se fazer ouvir pelo estampido dos seus bacamartes e detonação de suas armas, porquanto tinham perecido na luta todos os seus homens válidos, e quando as nossas forças penetraram no seu último esconderijo, ali se encontraram um montão de cadáveres de homens, mulheres e crianças, que foi avaliado em número superior a oitocentos! O batalhão do Amazonas, tanto ou mais que nenhum outro concorreu brilhantemente para o êxito

final, batendo-se abnegada e heroicamente, sem visar interesse de ordem alguma, e auxiliando por todos os modos o general em chefe a debelar tão nefanda quanto desgraçada revolta.

Tendo-se tornado pestilencial o ar que se respirava em Canudos, devido ao mau cheiro que exalavam os inúmeros cadáveres em putrefação, este comando solicitou do General em Chefe para retirar-se para a Capital do Estado, visto supor terminada a missão do Batalhão naquelas paragens. A isso acedeu o sr. General, concedendo a permissão pedida e desligando o Batalhão das forças em operações (p. 12).

O cenário do final da guerra era de total ruína, marcada pela contaminação permanentemente denunciada pelo mau cheiro dos corpos em putrefação. Os momentos finais do batalhão na Bahia foram descritos numa alternância altamente contrastante entre as realizações no conflito e a desatenção do poder público, que não garantia os suprimentos mínimos para a sobrevivência, eximia-se de pagar-lhes o soldo de guerra e se omitia no cuidado com os feridos:

A 7 de Outubro, partiu o Batalhão do teatro da luta, levando consigo a mágoa de ter naquele solo ingrato deixado sepultados alguns de seus membros que trouxera do Amazonas e que atestaram exuberantemente o seu valor e patriotismo.

Em sua volta, o Batalhão conduziu em padiolas feitas de ramos de árvores, os soldados feridos, alguns dos quais em estado bem grave e tendo sofrido amputações motivadas pelas balas inimigas.

Por isso mesmo a volta tornou-se mais penosa do que a ida, pois vinham todos alquebrados pelas fadigas e febres infecciosas que muito abatiam ao organismo e ao espírito.

Chegados a Monte Santo, aí encontramos S. Exa, o Ministro da Guerra, que declarou a este comando que nenhum vencimento tínhamos a receber pelo Governo Federal, relativo aos meses decorridos - Agosto, Setembro e aos mais em que estivéssemos fora do Amazonas - visto ter o Governador deste Estado telegrafado, declarando-lhe que o Batalhão, em seus vencimentos, seria pago exclusivamente pelo Estado do Amazonas.

À vista de semelhante fato, o Batalhão partiu no mesmo dia com direção a Queimadas, tendo deixado em Monte Santo os feridos que, com grande sacrifício trazia em padiolas, e isto porque, não tendo médico nem sendo-lhe este fornecido pelo Governo Federal, não queria este Comando acarretar com a responsabilidade da condução de feridos que, a cada momento, podiam piorar e falecer (p. 13).

Percebe-se no texto a desaprovação do comandante quanto ao tratamento dispensado pelo ministro da guerra em pessoa e, por extensão, do próprio poder público federal. Aqueles homens haviam saído de uma região remota do país, o estado do Amazonas, fizeram duas viagens de navio, uma de trem e uma longa caminhada para chegar ao local da guerra. Ali foram submetidos a toda sorte de

privações, lutaram em condições sub-humanas, viram companheiros serem mortos ou mutilados. Regressaram no final do conflito carregando arduamente os feridos e ainda se viram na situação de ter de abandoná-los à própria sorte em uma precária localidade como era Monte Santo na época. Esse tipo de registro é precioso no traçado de um panorama da guerra que pretenda penetrar nos seus mais recônditos meandros. Dessa situação, ficam ainda algumas questões. Que fim terão tido os combatentes amazonenses que, feridos, não tenham morrido em Monte Santo? Como conseguiriam retornar, muitos deles mutilados pela guerra, por conta própria, ao estado de origem, sem estarem incorporados a seu batalhão original? O que devem ter dito os egressos da guerra às famílias desses homens deixados para trás ainda vivos?

Organizado em segunda edição por Antônio Olavo em 1997, *O histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia* é considerado dos documentos mais importantes sobre Canudos, por ter registrado em vasto inventário a movimentação da sociedade baiana em torno do conflito. O relatório é constituído de seis partes, conforme anota o organizador da segunda edição da obra: *Histórico*, composto por transcrição das atas das reuniões relativas à atuação do *Comitê*; *Monumento*, com texto e foto sobre o monumento *Aos Mortos de Canudos*, erguido pelo *Comitê Patriótico* no *Cemitério do Campo Santo*, em Salvador; *relação dos órfãos recolhidos em diversos asilos de Salvador* (filhos de militares e de conselheiristas); *Balanço Geral*, listagem com a movimentação financeira do comitê em quatro anos de atividades; *Anexos - Viagem a Cansanção - A Enfermaria do Comitê e o Relatório da comissão especial nomeada para recolher as crianças sertanejas, feitas prisioneiras em Canudos*.

Trata-se de uma excelente fonte primária de consulta para quem deseja ter noção, por exemplo, da quantidade de crianças abandonadas ou caídas na orfandade, bem como de mulheres, quase todas viúvas de conselheiristas mortos. Há na lista a menção de crianças e viúvas de militares combatentes na guerra, que se viram em situação de total desamparo, tal qual os menores e as mulheres sobreviventes de Canudos. Trípoli Gaudenzi, nas pinturas feitas para as comemorações dos cem anos da guerra retrata essa situação.*

* Trato disso no capítulo 3, item 3.2. Ali volto a abordar aspectos desse relatório, associando-o às imagens produzidas por Trípoli Gaudenzi.

Segundo o organizador da segunda edição da obra, o fotógrafo e pesquisador baiano Antônio Olavo, em entrevista dada na época do lançamento do livro, “o comitê foi um organismo formado no final da campanha de Canudos, em julho de 1897, e tinha uma função inicial de proteger as vítimas da guerra do lado oficial. Eram as viúvas dos soldados e as crianças órfãs” (Olavo, s/d). Entretanto, logo no início das atividades, os integrantes do comitê em viagens ao interior baiano em pleno tempo de guerra deparam-se com a situação lastimável em que se encontravam as mulheres e crianças conselheiristas, de alguma forma saídas de Canudos. O Comitê passa então a ampará-los, trazendo para si uma obrigação que seria do poder público. Segundo Antônio Olavo, na mesma entrevista, “conhecer o trabalho do comitê demonstra que a campanha de Canudos mobilizou toda a sociedade baiana e nacional”, empenhada no auxílio às vítimas da guerra no decorrer do conflito, mas principalmente depois dela, quando o foco das atenções do país se voltara novamente para a capital da República, onde exatamente um mês após a guerra foi assassinado o general Carlos Bittencourt, recém-chegado da guerra.

Há no relatório a inclusão de um relato diário da viagem feita por representantes do Comitê a uma enfermaria por ele mantida numa localidade chamada Cansação. O autor do relato é o jornalista baiano Lélis Piedade, de quem pouco se tem notícias. O registro dessa viagem traz à luz a miséria que imperava no sertão e atingia a todos os envolvidos na guerra. O exército combatia em situação muito precária de sobrevivência, o que impossibilitava a rapidez dos resultados contra os canudenses na guerra. O contato com mulheres e crianças egressas de Canudos possibilita um relato humanizado, em que o jagunço deixa de ser apenas o bandido inimigo, anônimo, e passa a ter o rosto da miséria de toda a região. Esse tipo de dado ficou em um primeiro momento restrito aos membros do *Comitê*, mas sua primeira edição em 1902 possibilitou a preservação de um lado pouco conhecido da história da guerra e também o conhecimento, por parte da sociedade da época, do lado obscuro dos últimos momentos do conflito e principalmente do pós-guerra.

Já em 1898, outro militar da região norte, o Major Constantino Nery, a exemplo do Tenente Coronel Cândido José Mariano, publicou um relatório de guerra. A *Quarta expedição contra Canudos (1ª fase das operações) – cem léguas*

através do sertão de Aracaju a Queimadas, via Canudos: diário de Campanha, trata, como o próprio nome indica, da quarta expedição, mas apenas da sua primeira fase, que corresponde ao percurso da coluna que partiu de Aracaju, comandada pelo General Cláudio Savaget, para se juntar, por outro flanco à coluna do General Arthur Oscar. A coluna Savaget foi de suma importância para o desfecho da quarta expedição, pois conseguiu chegar a Canudos em um momento extremamente crítico das operações de Arthur Oscar. Os combatentes que já estavam na região padeciam de fome, pois sua retaguarda, que conduzia víveres, não conseguia chegar ao Morro da Favela, local do acampamento militar: os acessos estavam interceptados por conselheiristas.

Essa situação foi pivô de críticas feitas ao General Oscar, não apenas por Euclides da Cunha, que o faz de forma genérica e discreta no segundo artigo intitulado "A nossa Vendéia"* , mas principalmente pelo correspondente do *Jornal do Comércio*, o capitão Manoel Benício. As críticas feitas por este, inclusive, determinaram o seu afastamento do campo de batalha, por pairar sobre ele ameaça de assassinato.

Desse relatório, que trata do período de abril a julho de 1897, destaca-se a minuciosa descrição feita pelo Major Constantino Nery a respeito do encontro da segunda coluna com a primeira. Ainda a caminho do acampamento no Morro da Favela, o general Savaget recebeu um mensageiro trazendo um recado com indícios de desespero por parte do General Artur Oscar: "O snr. general commandante em chefe manda dizer a V. Exe. que lhe remetta alguma munição, porque a da 1ª columna está quasi inteiramente esgotada" (Nery, 1898, p. 84). A princípio não se acreditou no mensageiro, porque ele se encontrava mal vestido, sem qualquer documento comprobatório de sua identidade. Suspeitou-se que ele seria um enviado do Conselheiro. Mesmo assim, o general Savaget enviou um emissário ao acampamento da primeira coluna, que de lá retornou confirmando as informações do mensageiro. O general Savaget prontamente atendeu ao pedido de socorro do companheiro de farda:

O commandante da 2ª columna, sem vacilar um unico momento, obedeceu immediatamente ao chamado, abandonando as excellentes posições que já occupava, e poz-se em marcha acelerada para fazer a sua junção com a 1ª columna (p. 85).

* Conforme foi tratado nesta tese, no subitem 2.3.1.

Observe-se aí a eficiência do General Cláudio Savaget, que cumpria sua missão a contento e ainda seguia a socorrer o colega imerso nas conseqüências de suas ações desastradas. A 2ª coluna enfrentou com muitas dificuldades o percurso que a separava da primeira e a encontrou no lastimável estado apresentado no relatório pelo Major Nery:

A confusão era grande nas posições ocupadas por essa columna. Perto de quatro mil homens, amontoados em uma depressão de terreno e nas encostas das cochilhas, em promiscuidade com a cavahada dos esquadrões e com os muares e carros da artilharia, - todos suados, alquebrados, a falar, a gesticular, de pé, ou sentados ou deitados pelas encostas; os batalhões, desordenados, as companhias de uns misturadas com as de outros – enfim um pandemonium, tal foi o estado em que encontramos as forças da 1ª columna.

As primeiras noticias que ahi recolhemos foram desagradabilissimas: eram narradas com certa acrimonia ou com certa allucinação por camaradas e conhecidos que vieram ao nosso encontro: estava morto o coronel Flores, commandante da 3ª brigada; a artilharia não tinha mais um unico tiro: o derradeiro foi atirado às nove horas da manhã com todas as solemnidades, ao som do hymno nacional e ao grito de viva a Republica ! O regimento de artilharia, que trouxera dezeseis officiaes, estava reduzido a quatro, tendo sido mortos ou estando feridos os outros doze; só o 27 de infantaria, tinha tido noventa e cinco homens mortos !

O general Arthur Oscar, ao receber o commandante da 2ª columna, disse-lhe que esta columna tinha salvado a 1ª de um desastre completo (p. 87-88).

O Major Constantino Nery ainda tenta, no relatório, minimizar a necessidade da junção das duas colunas naquele exato momento:

Nessas demonstrações de reconhecimento havia, de certo, algum exagero. De facto, a 1ª columna ainda dispunha, ao menos dos seus sabres-punhaes, e, com uma carga louca, commandada por valentes officiaes, como os tinha ainda, levava evidentemente ao inimigo na sua frente, aniquilando-o, embora com grandes sacrificios de vidas (p. 88).

Acredita-se, contudo, que se tal fato não tivesse ocorrido, provavelmente a quarta expedição teria tido o mesmo fim que a terceira. Essa foi uma das situações com que o correspondente Manoel Benício se deparou e, com o olhar do militar que havia sido, pôde traçar o panorama negativo da atuação de Artur Oscar no comando da quarta expedição da guerra.

O registro do tenente coronel Mariano tem o valor de fixar em pequenas narrativas os detalhes que não mais seriam mencionados no futuro, depois de

finda a guerra. O tipo de informação constante no relatório não era do interesse de uma versão oficial dos fatos, porque ela evidencia, mesmo de forma indireta, os erros do comandante geral da expedição, o general Artur Oscar, que seria considerado por alguns não apenas herói daquela campanha, mas o primeiro herói da República. A marcante descrição do caos instaurado entre os quatro mil homens da primeira coluna assinala, como poucas vezes seria feito, a quase derrota da quarta expedição. Se a derrota da terceira foi por si só motivo de histeria nacional, pode-se imaginar a reação do país no caso da derrota da expedição que mobilizou impressionantemente metade do efetivo do exército na época. Vendo por esse ângulo, as palavras usadas pelo militar para amenizar a situação deplorável em que se encontrava a primeira coluna soa até mesmo com um tom algo irônico.

Em *Última expedição a Canudos*, o Tenente-coronel Emídio Dantas Barreto escreveu minuciosa descrição da derradeira etapa da guerra, em um livro publicado em 1898. A diferença deste para os demais é a mudança de tom. Não se trata exatamente de um relatório militar ou de um diário de campanha, mas ali se configura uma obra com estruturação bem definida. O autor parte de uma seqüência cronológica a partir da debandada da expedição Moreira César, no princípio de março de 1897, e se prolonga até outubro daquele ano, depois do total arrasamento do arraial e o regresso das forças federais aos seus locais de origem. Pode-se dizer que o livro demonstra um desejo de incursão do autor no campo da historiografia. Seu texto, o primeiro do gênero publicado depois da guerra, traz inicialmente a visão oficial a respeito de Antônio Conselheiro. É esse um movimento muitas vezes repetido. Para se falar de Canudos, abordava-se antes a figura central do líder, como forma de tentar situar o leitor naquilo que era a base da dificuldade de entendimento do que ocorrera em Canudos. Como compreender uma guerra que envolveu a nação como um todo, mobilizando metade do seu exército e repercutiu internacionalmente a partir da liderança de um homem por todos tido como desequilibrado mental? A partir daí, Dantas Barreto galga etapa por etapa do conflito, passando pelo processo de organização daquela que seria a última expedição a Canudos, pelo deslocamento das tropas para a região, dos principais combates, principalmente dos ocorridos entre o final de junho de 1897

e por todo o mês seguinte, até chegar aos momentos finais da guerra, já no mês de outubro.

Nessa breve abordagem da obra, destaco o tom empregado pelo militar no oitavo e último capítulo do livro. Se a pretensão era registrar historiograficamente a guerra, seria descabido não abordar os aspectos bárbaros do ataque final. Entretanto, como estamos diante da versão oficial, escrita por um militar de patente superior e combatente na guerra, é possível observar uma estratégia discursiva bem definida. O autor aborda, por exemplo, o incêndio e a demolição do arraial, mas procura sempre incluir justificativas para o comportamento da soldadesca.

No dia 6, muito cedo, deu-se começo ao arrasamento do grande povoado, ainda pelo incendio e pela demolição. *Era preciso não deixar uma parede em meio, uma viga sequer, intacta.* Os soldados sabiam que dependia desse trabalho destruidor a sua retirada mais prompta e, *assim, os seus esforços corresponderam perfeitamente aos desejos dos chefes.*

Tres dias depois não se encontravam ali senão os destroços dessa imensa população *que desaparecera em nome da ordem, da civilização e da moralidade do Brazil* (Barreto, 1898, p. 233, grifos meus).

Dantas Barreto narra a localização do corpo de Antônio Conselheiro, bem como sua exumação.

Os soldados cavaram com o maior empenho, a cova era bastante funda, a anciedade crescia de momento a momento; cavaram, cavaram cautelosamente e, por fim, deram com os pés de um homem, calçados de sandalias, como as que usam os religiosos capuchinhos. Cavaram ainda com a sofreguidão da curiosidade, e apareceu o corpo, dos pés á cabeça.

Era elle!

Reconheceram-no desde logo alguns dos fanaticos prisioneiros, mandados para essa penosa diligencia (p. 235).

Nada é dito a respeito da decepção de sua cabeça, encaminhada para análise na capital baiana pelo então eminente médico Nina Rodrigues. Quanto a esse silêncio, pode-se estabelecer uma reflexão. A análise científica do crânio do líder sertanejo apontou a total normalidade do mesmo, o que desapontou muitos defensores da idéia de ter sido a monomania do Conselheiro o fator determinante de todo o ocorrido no sertão. O silêncio do militar é sintomático. O discurso pautado na insanidade de Antônio Vicente Mendes Maciel não se sustentava cientificamente.

Também nesse último capítulo não se aborda a idéia de ajuda externa recebida pelo Conselheiro para manter a resistência. Ao contrário, os armamentos ali encontrados foram todos obtidos nas derrotas das três expedições anteriores. O tom final do livro está a serviço do reforço da idéia de heroísmo do general Artur Oscar:

Quando chegamos á capital daquelle prospero Estado, encontrámos ainda, por toda a parte, os echos ruidosos das grandes manifestações realisadas em homenagem ao general commandante da expedição vencedora, cuja personalidade avultava na imaginação dos prosadores, dos poetas e dos oradores da bella cidade bahiana, com todas as proporções dos triumphadores de raça.

E assim pagou a Bahia uma divida de gratidão nacional, porque o general Arthur Oscar bem mereceu da Patria nessa phase de excepcional agitação, em que Canudos tornara-se o espantallo de todas as classes conservadoras.

Enfermo sériamente, por mais de uma vez, o illustre general podia ter-se retirado airosamente do campo da luta, mas em vez disso preferiu compartilhar de todas as contrariedades por que passára a expedição, e o seu exemplo é uma das melhores affirmativas do patriotismo e da resignação com que, através de todos os sacrificios, levaram os nossos soldados áquelles desconhecidos sertões do norte as armas victoriosas do exercito republicano (p. 240-241).

Junto a isso, há a reafirmação do valor do exército nacional:

No meio de tudo isso, porém, o exército soube manter-se na esphera dos seus altos destinos. Ainda uma vez, a sua norma de conducta foi a lealdade e o desinteresse com que tem sabido servir a seu paiz.

O exercito que no dia 6 de setembro de 93 amparou as instituições da Republica e reuniu-se em torno do grande Marechal Floriano para vingar o principio da autoridade, foi o mesmo que em 1897 destruiu os elementos subversivos dos longinquos sertões da Bahia, e é a impavida sentinella que vigia attentamente os traidores e os inimigos da Patria (p. 242).

A publicação do texto de Dantas Barreto, representante do exército e da visão oficial da guerra, era importante em termos de afirmação da República e dos valores defendidos pelo exército. Naquela década, as correntes políticas de orientação monarquista eram ainda muito fortes. O deputado baiano César Zama em 1899 proferiu o inflamado discurso que logo apareceu como publicação no pequeno livro de nome *Libelo Republicano Acompanhado de Comentários Sobre a Guerra de Canudos*. Suas críticas à atuação republicana na guerra é extremamente contundente. Na extensa transcrição de uma carta escrita logo após o fim da guerra pelo coronel e correspondente da *Gazeta de Notícias* do Rio de

Janeiro Favila Nunes, Zama ironiza o heroísmo do general Artur Oscar. Favila Nunes a ele se refere como "o primeiro herói da República". Zama acrescenta a ela uma nota de rodapé dizendo: "Pobre República! que tem como primeiro herói um homem tal" (Zama, 1989, p. 46).

Mais uma forte denúncia surgiria no mesmo ano de 1899. Dois anos após o fim da guerra e com um ano de atraso em relação aos textos aqui abordados, foi publicada a *Descrição de uma viagem a Canudos*, do então acadêmico de Medicina, o baiano Alvim Martins Horcades. O então estudante de medicina baiano dirigiu o hospital de variolosos da quarta expedição a Canudos. O livro foi escrito a partir de uma série de artigos publicados no *Jornal de Notícias* de Salvador a partir do final de outubro de 1897. O autor conta em três movimentos sua experiência na guerra. O livro se divide nas seguintes partes: *Da Bahia a Canudos*, *Em Canudos* e *De Canudos à Bahia*. É interessante notar a dissociação entre Bahia e Canudos, como se o estudante desconhecesse aspectos básicos da geografia do seu estado. O próprio texto parece esclarecer a dúvida. A Bahia e Canudos são para o futuro médico lugares aparentemente distintos. Enquanto a Bahia é a cidade de Salvador, com a Faculdade de Medicina e todo o "ambiente de civilização", Canudos é a representação da barbárie em um lugar a uma só vez "hediondo e lúgubre", como ele próprio escreveu (Horcades, 1996, p. 30).

Na abertura do livro, o futuro médico deixa claro o seu entendimento do conflito: "uma campanha da civilização contra a barbárie" (p. II). Para ele, o texto é "filho da indignação momentânea" e "tem verdades um pouco duras" (p. IV). Afirma também pretender ali narrar a sua "humilde opinião" sobre o que viu e "narrar com toda a lealdade" (p. V) o que presenciou.

No ensaio de abertura da sua edição ao livro *O rei dos jagunços* de Manoel Benício, Maria Sílvia Azevedo observa uma certa artificialidade do relato de Martins Horcades, se comparado aos escritos de Benício:

O aspecto do livro que, em primeiro lugar, chama a atenção não é propriamente a óptica do estudante de medicina sobre a guerra, mas o estilo do relato. Estilo retórico, empolado, com períodos de quase meia página, quando não de página inteira, como se as reportagens tivessem sido reescritas. Por isso *Descrição de uma Viagem a Canudos* carece daquilo que é fundamental em obras do gênero, e que vai ser a marca das reportagens de Manuel Benício: o cheiro da guerra. É bem verdade que no texto de

Horcades não faltara referências aos incessantes tiroteios e bombardeios ao reduto dos conselheiristas, às mortes de soldados e jagunços, aos cadáveres que vão se amontoando, ao mau cheiro, à fome, à sede, à sujeira. Nada disso, no entanto, tira a impressão do leitor de que a obra do estudante de medicina resulta de um texto passado a limpo, pensado para ser lido como um discurso (Azevedo, 2003, p. 27).

De fato é o tom apontado pela pesquisadora uma forte marca no texto de Horcades. Entretanto, mesmo se tratando de matéria provavelmente passada a limpo, a contundência da impressionante denúncia do assassinio dos prisioneiros de guerra, no final da segunda parte do livro, fica ali patente. Antes porém, logo na primeira parte da obra, o autor registra o estado de miséria no qual encontraram inúmeros combatentes, entre eles até mesmo oficiais:

Já estávamos quasi no teatro da lucta. Vimos então... o pundonor manda calar-me, mas não posso fazel-o porque a consciencia ordena-me que diga; então... vimos aquelles que vestiam honradamente a sua farda, nós, cobertos de feridas e nas estradas do territorio nacional, do proprio territorio nacional a mendigarem quasi de joelhos um pouquinho de alimento, fosse qual fosse, para saciar a fome!! ... (p. 24)

Ao lado de tais registros, Martins Horcades desqualifica totalmente a idéia de que o arraial fosse um movimento monarquista, como quis fazer crer a versão oficial circulante por todo o país:

Nem siquer o nome ele um só filho da Bahia figurou alli como cumplice de idéas monarchicas. Até mesmo não o creio que as houvesse; e se alguém que lá esteve o affirmar não apresentará, certamente, as provas patentes de suas asserções, porque ninguem pesquisou mais esses negocios do que eu, para quando fallasse ser com a base precisa de quem tem convicção. E a quem quizer contradizer-me perguntarei: quaes as provas que me apresenta, a menos que não sejam futeis? (p. 95).

A denúncia de genocídio se inicia na página 99 do livro. O autor afirma ser aquele o ponto mais importante da guerra, de suma gravidade, mas que era necessário vir à tona. Afirma escrever "com toda a independencia", pois a própria Constituição Nacional lhe outorgava a liberdade de pensamento. Sílvia Maria Azevedo lembra, inclusive, que o momento era propício para publicações de tal gênero:

Se esse foi um ato de inegável coragem de Horcades, consciente talvez dos riscos que corria ao fazer semelhante acusação contra o Exército,

não se deve esquecer que havia no Brasil, naquele momento, um clima político favorável à publicação de obras como a do estudante baiano (Azevedo, 2003, p. 28).

O tom utilizado pelo escritor é um misto de indignação, pesar e veemência em ter de atribuir a um integrante da República, na posição de comandante de uma guerra “entre irmãos”, a responsabilidade pelo assassinato em massa dos prisioneiros. Em uma única frase é resumida a ação cometida: "Em Canudos foram degolados quase todos os prisioneiros" (Horcades, 1996, p. 103). Proferida a acusação, a partir daí o discurso é todo permeado de indignação, expressa na longa citação abaixo:

Noticia punjente esta para o coração brasileiro!

Nos tempos antigos quando a civilização achava-se ainda embryonada numa rachitica compreensão, confiscava-se os bens do individuo na parte talvez mais civilisada da prisca sociedade, e agora, nos tempos hodiernos, quando a sciencia progredio e a civilização não é mais incognita, numa das partes do mundo que se diz civilisada não mais confisca-se, assassina-se, mata-se, como se dessa forma extinguisse completamente a mania de revoluções! Bello exemplo de civismo e progredimento social! Levar-se homens de braços atados para traz como criminosos de lesa-magestade, indefesos, e perto mesmo de seus companheiros, para maior escarneio, levantar-se pelo nariz a cabeça, como se fôra a de uma ave, e cortar-lhes com o assassino ferro o pescoço, deixando cahir a cabeça sobre o sólo - é o cumulo do banditismo praticado a sangue frio como se fôra uma acção nobilitante! Assassinar-se uma mulher, pelo simples facto de ser o seu companheiro connivente com o que se dava - é o auge da miseria! Arrancar-se a vida a creancinhas, que ainda não haviam sentido o mais leve bafêjo da acção corruptora do humanismo, cerebros inconscientes em que não haviam vibrado ainda sentimentos máus e que mais tarde concorreriam para solidificar a muralha pujante que sustenta as crenças republicanas - é o maior dos barbarismos e dos crimes monstruosos que o homem póde praticar! E além de tudo, estes prisioneiros estavam isentos de quaesquer castigos pelo juiz o mais probo e severo, - a sciencia, porquanto a physiologia diz que o fanatico é irresponsavel, é inconsciente; e ainda as leis de guerra do nosso paiz, como de todos, supponho que garantem a vida do prisioneiro (p. 103-105).

O jovem republicano, crente nos ideais que revolucionaram o poder instituído no seu país, havia exatamente uma década, mostra-se completamente decepcionado com o ocorrido: "Mas entendeu-se que alli a lei era a força e o juiz o punhal. Que horrivel decepção para nós!" (p. 105). Junto a isso, Martins Horcades parece compreender a principal função de sua denúncia:

Como não posso punir com severidade o auctor de todos esses actos vandálicos, forneço deste modo os dados precisos á História para a sua punição moral e ante os meus concidadãos apresento o meu protesto, para que não pensem que todos quanto lá estiveram foram conniventes com aquella immoralidade (p. 107).

Se dois anos depois da guerra era possível a denúncia, o mesmo não ocorria durante os momentos finais do conflito. Essa é outra grave denúncia de Horcades:

E supponho que nenhum dos meus collegas applaudo semelhante ideia, desde quando foi dentre elles que partiram os primeiros protestos, sendo dito até por *alguem a um*, ao profligar o que se praticava: 'Olhe que o Sr. está numa praça de guerra; acho bom que se cale' (p. 107).

Surge então a denúncia da conspiração para matar o correspondente do *Jornal do Comércio*, devido aos seus escritos contrários às ações da coluna comandada pelo general Artur Oscar.

Pouco importa ainda não ter tido alguém a coragem de narrar estas atrocidades, não ter querido scientificar a nossa sociedade sobre isto, afim de elucidar completamente a questão no seu espirito. /.../ La poderiam assassinar-me atraz dos montes sem que ninguem o soubesse como quizeram fazer com o criterioso correspondente do *Jornal do Commercio*, do Rio, capitão Manoel Benicio, mas aqui, não, todos saberão e eu serei vingado. (p. 107-108)

Publicado pela primeira vez apenas em 1939, *Canudos – diário de uma expedição*, de Euclides da Cunha, é um importante relato contendo as anotações das quais o escritor se utilizaria mais tarde para escrever *Os sertões*.

Euclides da Cunha chegou à Bahia para cobrir a Guerra de Canudos na comitiva do Ministro da Guerra, o marechal paulista Carlos Machado Bittencourt. Na época, apesar de sua atuação política no Rio de Janeiro desde os tempos de cadete, e de escrever para o *Estado de São Paulo*, ainda não era um nome de projeção nacional. Sua atuação como correspondente na guerra foi limitada a menos de um mês; seus textos da campanha propriamente dita referem-se ao período compreendido entre o dia 10 de setembro e primeiro de outubro de 1897.

No trabalho "O correspondente de guerra Euclides da Cunha", Walnice Nogueira Galvão faz um resumo da correspondência de guerra do escritor e afirma ser a importância de tal produção só tardiamente reconhecida:

A importância maior destas reportagens só foi percebida posteriormente à publicação de *Os Sertões*, já que nelas reside o embrião do futuro livro. O fascínio pela geologia e pela geografia específicas da região, com que Euclides entra em contacto pela primeira vez, já lá estão presentes. Do mesmo modo a curiosidade pelos sertanejos, que se apresentam enigmáticos para o autor, pode ser rastreada nestas páginas (Galvão, 1976, p. 56).

A pesquisadora reconhece também no texto outra importância:

Aqui também se encontram os primeiros sinais da reviravolta de opinião que vai eclodir em *Os Sertões*, quando Euclides desmentirá a propalada conspiração monarquista de que Canudos seria um foco. Tímidas e insinuadas observações hesitantes de repórter se transformarão na denúncia apaixonada que é o seu livro mais famoso e o mais famoso dentre os inúmeros livros sobre essa guerra. A qualidade literária, marcada por um estilo caprichado, de vocabulário requintado e sintaxe complexa, igualmente aqui já se registra (p. 56).

Os primeiros textos enviados à redação do jornal por Euclides da Cunha, ainda no mês de agosto, evidenciam uma visão ainda muito associável às circulantes no Rio de Janeiro ou São Paulo. O correspondente refere-se ao Conselheiro e seguidores como "inimigos internos" e aventa a possibilidade da veracidade das informações de os canudenses estarem recebendo ajuda externa para se manterem (p. 58). Isso volta a ser mencionado no dia 27 de setembro, quando Euclides afirma acreditar que a guerra "tenha ramificações externas que lhe dão apoio" (p. 62).

É do dia 19 de agosto, ainda em Salvador, seu primeiro contato com um jagunço, quando interrogou um adolescente, durante uma conferência de imprensa. O escritor finaliza o texto julgando serem dignas de crédito as palavras do prisioneiro: "Estas revelações feitas diante de muitas testemunhas têm para mim valor inestimável; não mentem, não sofismam e não iludem, naquela idade, as almas ingênuas dos rudes filhos do sertão" (Cunha, 1995, p. 544). Com base nessa entrevista, Euclides da Cunha trata da impressão obtida de cada um dos líderes do conflito, o que, nas palavras de Walnice Galvão, faz com que os jagunços comecem a "adquirir contornos humanos" (Galvão, 1976, p. 59).

Nos escritos de agosto e princípio de setembro de 1897, Euclides da Cunha procura registrar em seu diário as movimentações presenciadas em Salvador. Trata de um protesto feito em carta aberta pelo coronel Carlos Teles aos

jornais do Rio "contra os exageros da imprensa e as falsas informações tendentes a aumentar o poderio do inimigo" (p. 59). Nesses escritos, pode-se perceber a abundância de informações, quase sempre conflitantes, a que estava submetida a opinião pública naquele momento.

É de primeiro de setembro de 1897 a interessante reflexão feita a respeito do sertanejo e de sua condição de vida no sertão. Em primeiro lugar, fica reconhecida a força do sertanejo:

Além disto o homem do sertão tem, como é de prever, uma capacidade de resistência prodigiosa e uma organização potente que impressiona. Não o vi ainda exausto pela luta, conheço-o já, porém, agora em plena exuberância da vida. Dificilmente se encontra um espécime igual de robustez soberana e energia indômia.

Pela janela entreaberta vejo neste momento um deles, a cavalo, no meio da praça, todo vestido de couro. É um vaqueiro inofensivo, pende-lhe à mão direita a longa vara arpoada, *o ferrão*. Acaba de conduzir para Monte Santo cento e tantos bois destinados ao exército. É um nosso aliado, portanto (Cunha, 1995, p. 561-562).

Em seguida, pela primeira vez vê no sertanejo um igual e, apesar de reafirmar a convicção na necessidade de destruição do arraial para o restabelecimento da ordem republicana, reconhece a necessidade de o poder público dispensar a ele a devida atenção:

Imóvel sobre a cela, todo vestido de couro, calçando botas até a cintura, chapéus de abas largas meio inclinado sobre a frente - as vestes rústicas de um vermelho escuro imprimem-lhe o aspecto de um cavalheiro antigo coberto ainda da poeira da batalha.

Considerando-o, penso que a nossa vitória, amanhã, não deve ter exclusivamente um caráter destruidor.

Depois da nossa vitória, inevitável e próxima, resta-nos o dever de incorporar à civilização estes rudes patrícios que - digamos com segurança - constituem o cerne da nossa nacionalidade (p. 562).

Na última correspondência, Euclides da Cunha se mostra preocupado com os que ali lutam e já não menciona mais possíveis conjuras:

Sejamos justos - há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estóica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados e cada vez mais acredito que a mais bela vitória, a conquista real consistirá no incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente à nossa existência política (p. 594).

O diário acaba silenciosamente, sem qualquer menção às barbaridades cometidas na guerra. Euclides da Cunha só faria isso n' *Os sertões*, quando, em tom de denúncia, numa referência à certeza da impunidade, escreve a frase "a história não iria até ali" (Cunha, 1954, p. 506), e completa:

E lá não chegaria, certo, a correção dos poderes constituídos. O atentado era público. Conhecia-o, em Monte-Santo, o principal representante do govêrno, e silenciara. Coonestara-o com a indiferença culposa. Dêsse modo a consciência da impunidade, do mesmo passo fortalecida pelo anonimato da culpa e pela cumplicidade tácita dos únicos que podiam reprimi-la, amalgamou-se a todos os rancores acumulados, e arrojou, armada até aos dentes, em cima da mísera sociedade sertaneja, a multidão criminosa e paga para matar.

Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntesis; era um hiato. Era um vácuo. Não existia. Transposto aquêlê cordão de serras, ninguém mais pecava (p. 506).

O grupo de textos analisados neste item do presente trabalho registra, cada um a seu modo, uma gama de pequenos eventos que, se vistos isoladamente, não despertariam maior interesse. Entretanto, é justamente dos detalhes, como uma reprovação velada à atitude de um superior, ou a indignação pelo não reconhecimento pela atuação na guerra, ou ainda pela minuciosa descrição do desespero em que se encontravam os quatro mil homens integrantes da coluna comandada pelo general Artur Oscar, como fez o major Constantino Nery, que emerge um panorama do quotidiano do evento maior, o grande conflito bélico de um ano de duração.

A historiografia tradicional da Guerra de Canudos, como a de outros conflitos, pode ter registrado, por exemplo, o número de combatentes mortos, mas não reservou espaço para mencionar a quantidade de mutilados e as dificuldades de um primeiro atendimento médico no momento mais crítico daqueles indivíduos. Muito menos estaria tal escrita preocupada com o deslocamento desses combatentes baixados por ferimentos graves de guerra para lugares com mais recursos. São justamente os relatórios técnicos e os diários de guerra que permitiram fazer ecoar até o presente tais pequenos, mas ao mesmo tempo grandes, lances do quotidiano da guerra.

O que são tais passagens senão aquilo que o historiador Paul Veyne definiu como “não-acontecimental”? O seu despertar para o acontecimental, dado pela sua inclusão, por exemplo, na narrativa de um comandante de batalhão,

certamente ilumina a feição quotidiana do conflito, mas isso não significa que ele deva passar a ocupar o espaço da escrita historiográfica. Segundo Paul Veyne, no trabalho “Tudo é histórico, logo a história não existe”, “isso quer simplesmente dizer que um acontecimento só é conhecido por vestígios, e que todos os fatos de toda a vida de todos os dias são vestígio de qualquer acontecimento” (Veyne, 1971, p. 36).

Veyne alerta-nos também para o seguinte fato: “/.../ pode-se pensar que alguns factos são mais importantes que outros, mas essa importância depende inteiramente dos critérios escolhidos por cada historiador e não tem grandeza absoluta” (Veyne, 1971, p. 32). Certamente os tópicos fixados pelo tenente coronel de Manaus, que sequer deve ter tido a pretensão de historiar a guerra, são aqueles que eram do seu interesse imediato e também dos homens que comandava naqueles batalhões. Da mesma forma, como estava organizado sob a forma de diário de guerra, o relato do encontro das duas colunas no Morro da Favela foi valorizado no texto do major Constantino Nery, pois aquele foi sem dúvida um dia muito importante no contexto da escritura daquele diário. Para a escrita do heroísmo do quase vencido general Artur Oscar, nenhum dos dois eventos era interessante, daí não fazerem parte da visão oficial dos fatos.

2.3.4. Um caso peculiar: *Memórias de um combatente*

Em um pequeno artigo escrito postumamente na revista *O Cruzeiro*, o historiador Gustavo Barroso estabeleceu uma reflexão a respeito das idéias de César Zama, deputado baiano da época da guerra, contidas na obra *Libelo Republicano Acompanhado de Comentários Sobre a Guerra de Canudos*. Depois de apresentar a visão do deputado sobre aquela época, bem como a idéia, já em 1899, de que a campanha havia sido um exemplo da perversidade humana, Barroso finalizou assim seu texto:

César Zama escreveu o seu libelo, como é fácil verificar, impulsionado pela paixão política, pela inimizade pessoal que votava ao então governador da Bahia. Não há dúvida, porém, que, quanto ao comêço dos sucessos que fariam desencadear a catástrofe, faz revelações dignas de serem tomadas em consideração. Como Euclides da Cunha, êle considera a campanha um êrro inexpiable, um verdadeiro crime contra a nação. *Até*

hoje ainda não se fez como deve ser feita a história dêsse triste e sangrento episódio da história republicana. Quem se decidir a fazê-la precisa aclarar as responsabilidades perante a posteridade dos que, cegos pelo interesse ou pelo ódio politiquês, iniciaram as repressões que determinariam a resistência heróica da Troia de Palha e o fim trágico de tantos humildes brasileiros, lançados uns contra os outros, soldados e jagunços (Barroso, 1960, p. 98, grifo meu).

O texto de Gustavo Barroso, membro da Academia Brasileira de Letras e ensaísta de orientação conservadora, destaca uma idéia que será norteadora do texto *Canudos, memórias de um combatente*. Escrito na década de 1950, meio século portanto após o conflito, esse texto, do brigadeiro Marcos Evangelista Villela Jr., veio a público mais de trinta anos depois da escrita, em 1988. De acordo com as palavras do acadêmico, também para Marcos Evangelista a história ainda não tinha sido feita como deveria. O ensaio de Gustavo Barroso fazia eco às palavras do monarquista César Zama. O texto de Marcos Evangelista reclama a mesma revisão, para, entretanto, valorizar outros aspectos.

Nos anos subseqüentes à guerra, apareceram vozes de condenação às atividades desastrosas do exército na região. O próprio Euclides da Cunha, silencioso nos escritos de campanha quanto às atrocidades cometidas, denunciou os crimes nas páginas finais de *Os sertões*. Por toda a primeira metade do século XX, a crítica às forças republicanas e o desagravo a Antônio Conselheiro e a seus seguidores massacrados na guerra foram a tônica dos discursos historiográficos. Ainda assim um historiador como Gustavo Barroso reclama a revisão da história, no sentido de dar à população miserável do sertão um lugar de destaque na história, despindo-os, principalmente, da pecha de bandidos e fanáticos. O brigadeiro Villela Jr. afirmou ser o maior objetivo do seu texto evidenciar “a bravura de nossa gente e dos nossos chefes, a quem nunca deixei de venerar, cultivando sempre e sempre a sua memória” (Villela Jr., 1997, p. 69). Trata-se de um raro exemplo de escrita bem posterior à guerra na qual se defende incondicionalmente a atuação de seus antigos companheiros no combate, muitos dos quais mortos no conflito, negligenciados enquanto heróis nacionais justamente pela tendência, nas décadas subseqüentes ao conflito, de se valorizar a resistência dos canudenses.

O brigadeiro demonstra a preocupação com o rumo tomado pela permanência de Canudos no imaginário nacional. Como ex-combatente, seu

pensamento faz eco à visão dominante durante o conflito, conferindo à sua voz, já nos anos cinquenta, um tom anacrônico (e por isso mesmo especialmente interessante). A respeito da permanência das imagens de Canudos no imaginário histórico nacional, a pesquisadora de Letras Ruth Cavalieri, no prefácio ao livro do ex-combatente de guerra, faz a seguinte observação:

Dada essa sua presença latejante, talvez seja ainda precoce atribuir ao ocorrido nos anos de 1893 a 1897 no sertão da Bahia, o estatuto de um passado morto que pudesse ser convocado (e talvez ressuscitado) pela história através de um discurso elaborado na terceira pessoa. Daí a relevância de que se revestem depoimentos, memórias, denúncias, defesas, acusações, todas narrativas em primeira pessoa, todas visões fragmentadas de um processo ainda em curso (Cavalieri, 1997, p. 9).

A historiografia da segunda metade do século XX é justamente permeada por trabalhos que visam à pluralidade de representações, freqüentemente recorrendo a depoimentos dos que lá estiveram. O interesse, no entanto, não mais recai apenas sobre os ex-combatentes ou correspondentes de guerra de jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, mas também sobre os sobreviventes da guerra e a seus descendentes. Os discursos em primeira pessoa são determinantes de uma reaproximação do evento histórico, pela via do depoimento pessoal. De acordo com as palavras de Ruth Cavalieri, tais discursos em primeira pessoa são importantes porque apresentam ‘visões’. O plural é ali significativo, pois sugere que, no processo de fixação do discurso histórico a respeito daqueles acontecimentos, concorreram versões nem sempre idênticas, que tiveram de coexistir, mesmo estabelecendo um duelo entre si.

Nessa linha de raciocínio, assumem peculiar interesse documentos como o relato do brigadeiro Marcos Evangelista Vilella Jr., ex-sargento que atuou como artilheiro na terceira e quarta expedições a Canudos. O futuro oficial da aeronáutica permaneceu na Bahia por todo o primeiro semestre de 1897. Integrou um grupamento de artilharia que seguiu, sob o comando de Moreira César, para o sertão baiano e participou da debandada ocorrida depois da morte do comandante. Voltou a Canudos como integrante da quarta expedição, tendo de lá saído depois do importante combate de 18 de julho daquele ano. O militar não presenciou, portanto, o final da guerra, ocorrido pouco menos de dois meses depois de sua baixa.

O autor construiu um texto no qual a sua visão de militar, de combatente, sobressai de uma narrativa rigorosamente encadeada em termos cronológicos e preocupada em retratar "a verdade", como ele várias vezes reiteraria. Apenas no final do relato o militar irá se preocupar em apresentar diretamente sua ótica a respeito daquela situação e daqueles a quem combateu.

A escrita propriamente dita só aconteceu cinquenta e quatro anos depois da guerra, em 1951, segundo anotação no final do manuscrito. O texto, guardado por mais de trinta anos, foi entregue à professora Ruth Cavaliere por seu filho, Denizar Vilella.. A pesquisadora tratou o material em 1987, vindo a publicá-lo em 1988, 37 anos após a redação. Apesar de distanciado meio século dos acontecimentos, o texto reveste-se da autoridade do testemunho ocular. Alegar que o afastamento temporal ou a busca das fontes exclusivamente na memória do autor podem ter causado equívocos no texto não parece ser motivo suficiente para desconsiderá-lo.

Como podemos encarar esse texto se o lermos paralelamente aos outros relatos de guerra publicados ainda no século XIX ou já no século XX? Se por um lado o autor foi uma testemunha ocular e ator no processo de destruição do arraial, por outro Marcos Evangelista fiou-se nos "guardados da memória" para escrever um relato em que afirma ser sua intenção fixar detalhes e escrever a *verdade* que nenhum historiador escreveu, com o intuito de evidenciar, como ele mesmo escreveu "a bravura de nossa gente e dos nossos chefes, a quem nunca deixei de venerar, cultivando sempre e sempre a sua memória" (Vilella Jr., 1997, p. 69).

É preciso novamente recorrer às idéias de Gebhard Rusch no trabalho "Teoria da História, Historiografia e Diacronologia" para empreender uma reflexão a respeito da escrita de Marcos Vilella Jr. Ao tratar de narrativas, Rusch as indica como elemento constituinte do próprio conceito de passado e afirma ser, por meio delas, que "as memórias podem também ser elaboradas de maneira verbal-conversacional" (Rusch, 1996, p. 154). A escrita do ex-combatente resultou de alguns fatores operacionalizados em conjunto. Da experiência vivida na guerra, o militar guardou na memória a vivência dos eventos de que tomou parte. Posteriormente, por meio século, exercitou a memória e a capacidade de organizá-la em história cronologicamente encadeada, narrada repetidamente aos filhos, como foi informado por um deles. Estimulado pela família, pôs no papel a memória da experiência na guerra.

Apesar de considerar a sua capacidade de memorização bastante eficiente, deve-se ter em mente que o brigadeiro era quase octogenário quando escreveu o texto. O narrador, no entanto, não se cansa de reafirmar o valor dessa habilidade: “Reproduzo fielmente esses fatos graças à boa memória que sempre tive e que ainda me resta, apesar da idade” (Villela Jr., 1997, p. 89). Essa não é uma afirmativa isolada no livro. Ao lembrar o texto das questões da prova para ingresso na Escola Militar, em 1898, mais uma vez o ex-sargento faz questão de reafirmar sua memória: "Fiz esta demonstração para que se veja, de um lado, a falta de preparo dos candidatos, de outro, a minha memória" (p. 99).

No prefácio ao livro, no entanto, a professora Ruth Cavalieri observa os equívocos cometidos pelo brigadeiro, justamente por ele se fiar exclusivamente na memória:

Ainda nas notas para esta 2ª edição, ressalto equívocos do narrador quanto a alguns nomes dos combatentes citados, respectivas unidades em que serviam ou que comandavam e suas patentes, mesmo reconhecendo a espantosa raridade desses lapsos. Afinal, Villela Júnior estava a 54 anos dos acontecimentos quando iniciou seu escrito, *literalmente de memória*, aos 76 anos de idade, como foi dito na "Apresentação" da 1ª edição, na qual dou conta da ausência de qualquer veleidade de pesquisador por parte do escrevente (Cavalieri, 1997, p. 22).

Os eventuais lapsos, principalmente por se tratar de enumerações ou datas, são irrelevantes para a reflexão aqui estabelecida, pois em nada comprometem a percepção do posicionamento crítico do "narrador-combatente". Ainda segundo G. Rusch, é possível perceber a relação da escrita de Marcos Villela e os processos discursivos que se valem da memória e da imaginação:

Desse modo, a narrativa pode estimular a imaginação de um acontecimento, de um processo ou de uma cadeia de acontecimentos, que é convincente devido à sua coerência interna e tem o mesmo grau de plausibilidade e evidência que a experiência pessoal, devido aos meios aplicados para a construção dessa coerência. Em outras palavras, as histórias que vivenciamos e as histórias que narramos adquirem sua coerência interna e suas integrações externas pelo mesmo conjunto de estruturas cognitivas de esquemas de ação. E isso se aplica às narrativas cotidianas, tanto quanto às histórias contadas pelos biólogos, físicos ou historiadores. Esse tipo de coerência finalmente explica o fato de que, por exemplo, explicações causais, teleológicas, condicionais, genéticas, etc. realmente explicam algo, respondem a questões e permitem conclusões (Rusch, 1996, p. 155).

O mais importante manancial de informações do brigadeiro, a memória, claramente recebeu um influxo da imaginação, devido ao afastamento temporal entre os eventos e o processo de escrita. Além disso, o processo de representação por escrito dos eventos dos quais participou em mais de um momento do conflito certamente foi mediado por sua formação militar anterior à guerra e por sua extensa carreira dentro do militarismo. Isso, no entanto, não desqualifica sua narrativa, nem diminui o fato de ter ele sido testemunha ocular dos fatos construídos na sua narrativa. Não pode ser outro o raciocínio aqui, até porque é utilizado como pressuposto teórico para a compreensão de tais textos a idéia de ser o passado "uma construção intelectual" (p. 157). Da mesma forma, é surpreendente, mas compreensível, que o brigadeiro não mencione *Os sertões* no seu livro. Devido à sua participação na guerra e ao papel assumido na Força Aérea Brasileira durante a primeira metade do século XX, somados a um certo nível cultural que sua posição e seu texto denotam, é difícil acreditar no seu total desconhecimento da obra. Se ele não a mencionou, foi provavelmente porque discordava do tom de denúncia assumido por Euclides da Cunha no final da sua mais conhecida obra. O passado a ser reconstruído pela escrita é aquele que desabona as condutas reprováveis dos militares, pois se tratava de uma guerra contra um inimigo que, para os militares, lutava da forma mais bárbara. Era como se a barbárie dos militares fosse a resposta possível à dos conselheiristas. Apesar de não afirmar isso, é o que a leitura aponta: a barbárie de uns justifica a dos outros.

Essa visão ilumina alguns trechos do livro, nos quais claramente o brigadeiro associa a bravura dos combatentes à fidedignidade de suas informações. É o que ocorre no seguinte exemplo: "Nessa narrativa não visei outra coisa senão dizer a verdade sobre a campanha de Canudos, mostrando principalmente os feitos dos nossos bravos que se sacrificaram acreditando dar à Pátria tranquilidade e sossego" (Vilella Jr., 1997, p. 101). A própria professora Ruth Cavalieri, na apresentação feita à primeira edição da obra afirma que "longe das curvas e bordados sedutores do barroquismo de *Os Sertões*, a linguagem "simples" e direta dessas *Memórias* faz do leitor também um ouvinte /.../" , pois "trata-se, de certo modo, da mera transposição para o papel da fala de alguém que, anos a fio, num

Rio de Janeiro de radiofonia incipiente e sem televisão, preenchia as noites caladas do lar com o culto da *boa palestra*" (Cavaliere, 1997, p. 16). Entretanto, ainda que se associe a escrita memorialística ao exercício da oralidade posta no papel, não se pode deixar de entrever o eu-social na figura daquele que se propõe a realizar uma "operação narrativa":

Assim, a escrituração da oralidade, mormente no caso do memorialismo, não é uma reduplicação gratuita, porque *nenhuma escrita é inocente*: no caso do texto que nos ocupa, há o *apelo* do reconhecimento, uma *aspiração* de glória e também a *expressão de uma falta*, fáceis de compreender num homem que aos 83 anos, numa entrevista ao *Jornal do Brasil*, recitava de cor um soneto decorado aos 12 anos, do qual não sabia o autor mas se recordava do título "e até das vírgulas"; e dizia ter guardado a data de seu ingresso no Exército (16 de abril) por ser a data da vitória dos brasileiros na batalha de Estero Belaco, no Paraguai (no que se enganou, pois aquela vitória deu-se num 2 de maio) (p. 16).

A obsessão pela afirmação da memória, posta ao lado de uma igualmente obsessiva preocupação com a verdade, ratificam as idéias acima expostas. O narrador procura demonstrar apuro de memória na fixação escrita dos pequenos fatos do cotidiano da guerra. Isso, porém, está a serviço da reafirmação de uma verdade que engloba a bravura e o sofrimento dos combatentes:

Assim terminou para mim a odisséia da Brigada do coronel Moreira César, cujos acontecimentos do dia-a-dia nunca foram revelados em detalhes, como acabo de fazer. E se houve omissões, acréscimos não houve. É o que afirmo; palavra de honra de um velho soldado sofredor (Vilella Jr., 1997, p. 59).

Compreensível é assim o exacerbadamente negativo perfil feito pelo ex-sargento do Conselheiro e de seus homens. Ele se resume a pouco mais de duas páginas antes da galeria de dez outras nas quais apresenta um elenco dos militares considerados bravos homens que lutaram (e muitos morreram) em defesa da pátria. Fica clara a sua identificação com os ex-combatentes, porque ele mesmo fora um deles. No entanto, no mesmo relato, Vilella Jr. registra sua identificação com os combatidos, pelo fato de ser ele também um sertanejo. É o que se vê na passagem abaixo, quando da debandada da expedição de Moreira César. O então sargento havia se machucado numa montaria; estava com parte da pele do rosto pendurada devido a um corte. Trava então a seguinte conversa com um sertanejo:

- E eu vou com isto pendurado até Queimadas? Claro que não.

E meti a mão na cartucheira do Nagant, puxei o canivete, e segurando a pele pelos cabelos da barba, com cuidado fui cortando rente com a parte colada. Em segundos estava feita a operação e jogada fora a parte extraída. Enquanto eu me operava, o Simão consertava o rabicho da sela. Ao terminar esse trabalho, dirige-se a mim e diz: 'Nunca vi um homem como o senhor; estou espantado por ver como o senhor se sustentou no arreo, pois se o animal não cai, nunca conseguiria derrubá-lo. E agora, com o que o senhor acaba de fazer, me deixou mais espantado; nunca vi coisa igual. O senhor é diferente dos outros. Eu sou sertanejo mas lhe digo, estou espantado.'

- Espantado de quê? perguntei.

- E o senhor pergunta de quê? Daqui vi o senhor tirar um pedaço de si, com esta calma; o senhor não avalia como está a banda do seu rosto, toda esfolada até o meio, com a carne descoberta.

Respondi-lhe rindo: 'Isto é coisa sem importância, é coisa da vida que sempre acontece. O principal, o senhor não sabe, pois ainda não perguntou onde eu nasci. Eu lhe digo: nasci num povoado do município de Pão de Açúcar, no sertão de Alagoas, chamado Meirus. Também sou sertanejo.' Ao terminar a palavra *sertanejo*, Simão vibrou de entusiasmo, dizendo: 'Eu logo vi, para um homem suportar tanta coisa só sendo sertanejo. Seu sargento, o sertanejo sofre desde o dia que nasce até o dia em que morre; é por isso que o senhor tem tanta paciência, sem esmorecer.' E continuou: 'Seu sargento, eu lhe digo: gostei do senhor desde que lhe vi lá na minha cozinha, agora lhe digo, em mim o senhor não tem só um amigo, tem também um criado, para sempre lhe obedecer de coração aberto.'

- Muito obrigado, senhor Simão, corresponderei sempre à sua boa amizade, vamos embora (Vilella Jr., 1997, p. 57).

A despeito de suas experiências nos combates, Vilella Jr. não consegue enxergar nos seguidores do Conselheiro qualquer traço que o una a eles, mesmo assumindo sua condição de sertanejo. Nem assim consegue compreender as causas da luta daqueles homens pela sobrevivência numa terra, sabia ele bem, onde a vida era tão sacrificante.

O ato de narrar as memórias do passado, a que chamei "operação narrativa", no caso do livro em questão, transforma o que foi vivido em documentação de um tempo passado. Mais uma vez as idéias de Gebhard Rusch são importantes para o entendimento da questão:

Como afirmei, a experiência humana é caracterizada pela ação de esquemas de ação (causais, etc.). Nesse sentido, experimentamos, por exemplo, ações, seus resultados e conseqüências, causas e efeitos, objetivos e meios de realizá-las (Rusch, 1996, p. 156).

Entretanto, continua o teórico,

ao pensarmos nos processos de desenvolvimento de qualquer objeto individual de nosso mundo vivencial como algo que pode, potencialmente, pelo menos, ser narrado e como algo necessário para a existência dos respectivos objetos, geramos, ao mesmo tempo, uma consciência da duração ou dos períodos do tempo atribuídos a tais desenvolvimentos. E como podemos somente transferir tais processos no tempo que precede a percepção dos respectivos objetos ou de seus estados, quaisquer objeto, criatura e processo tornam-se, em última análise, um documento do passado (p. 156).

Parecem estar implícitos na escrita do brigadeiro Vilella Jr. pressupostos como esses, não se tratando obviamente de um processo consciente. Ainda segundo G. Rusch, há algo a ser observado:

/.../ não se deve esquecer o fato de que os objetos em questão ganham sua significação como documento do passado a partir da articulação de histórias. E, em consequência, isso se aplica também a todas as fontes historiográficas e fragmentos de evidência; eles também se tornam relevantes e significativos somente se puderem ser integrados em histórias articuladas. E, já que é assim, não devemos tomar as histórias da gênese desses objetos por relatos sobre o passado. Pois, nesse caso, também, a certeza que atribuímos à existência da história torna-se o resultado de uma conclusão que, mais uma vez, começa com a experiência presente e o conhecimento presente (p. 156).

Pode-se fechar assim a reflexão a respeito dessas "memórias de um combatente". Lançando um olhar do presente na direção das reminiscências das memórias do passado, o ex-sargento em Canudos, o já brigadeiro da Força Aérea, deixou-nos, ao transformar experiência vivida em história narrada, o documento da sua participação naquele conflito. Seu relato resgata algum aspecto da guerra e funciona como contraponto a outras visões igualmente elaboradas *a posteriori*.